



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
TRINTA DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E
TRÊS**

----- Aos trinta dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte e três, no Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 – EXPEDIENTE** -----

----- **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 – ORDEM DO DIA** -----

----- **4.1. – APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL;** -----

----- **4.2. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 1 | 2023 – PRESTADA PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO [AÇÃO SOCIAL] – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12 DE AGOSTO, ALTERADO PELO D.L. N.º 87-B/2022 DE 29 DE DEZEMBRO;** -----

----- **4.3. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA 81.2017/DGUOM – ALTERAÇÃO DO SENTIDO DE TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO PARA A TRAVESSA DR. ABÍLIO PEREIRA PINTO E TRAVESSA CENTRAL EM OLIVEIRA DO BAIRRO.** -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** e **ALMERINDA**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

NOGUEIRA BELCHIOR. -----

----- Para além do Presidente da Câmara Duarte dos Santos Oliveira Novo e do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo. -----

----- Eram dezanove horas e vinte minutos, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, conforme convocatória e, verificada a existência do quórum, tendo todas as bancadas asseguradas a sua representatividade, informou que ia dar início ao primeiro período da ordem de trabalhos da sessão extraordinária convocada para o local onde se encontravam nos termos do Regimento em vigor. -----

----- De imediato passou a palavra à Segunda-Secretária, Almerinda Belchior, para proceder à conferência das presenças das Senhoras e Senhores Membros da Assembleia. -----

----- **ALMERINDA NOGUEIRA BELCHIOR** – cumprimentou todos os presentes e, efetuada a chamada, verificou que não estavam presentes os Membros João Diogo Vitória, substituído pela Membro Jéssica Dias; Annelise de Jesus Guimarães, substituída pelo Membro António Bernardo e o Senhor Presidente da Junta de Oiã, Bruno Filipe Teixeira Seabra representado por Válder Matos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – concluída a conferência das presenças, deu início ao segundo período da ordem de trabalhos, o expediente. Informou que iria, resumidamente, dar conhecimento da troca de correspondência efetuada desde a sessão ordinária de 31 de dezembro até ao dia de hoje e que caso os Senhores Membros da Assembleia pretendessem, a pasta de correspondência estaria



sempre disponível para consulta.-----

----- Assim, informou que relativamente ao expediente, existiu “troca de correspondência dos Membros da Assembleia, pedidos de substituição, pedidos de documentos, esclarecimentos. Recebemos da Deputada única do CHEGA um voto de pesar pela morte do Papa Bento XVI, que foi apresentada na reunião da Comissão Permanente. Recebemos ainda, da mesma Deputada, uma proposta para a sessão temática da Assembleia Municipal. Recebemos o convite para o almoço comemorativo do 36.º Aniversário da União Desportiva, Cultural e Recreativa do Silveiro, que se realiza no próximo dia 12 de fevereiro pelas 12h30 no Centro Cultural Professor Hélio Martins. Troca de correspondência com a Câmara de diversos pedidos de colaboração, os pedidos de relatórios anuais dos conselhos e comissões municipais para que os mesmos possam ser apreciados na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. Recebemos uma convocatória da reunião do Conselho Municipal de Segurança, que se realizou hoje e por imprevistos de última hora, de ordem pessoal e familiar, não estive presente. Envio de convocatórias da Comissão Permanente, do Grupo de Trabalho de Reflexão Estratégica e Planeamento de Atividades. Sobre a correspondência, resumidamente, foi isto que eu acabei de relatar.” -----

----- Referiu que gostaria ainda de partilhar outros assuntos: “informo os Senhores Membros da Assembleia que foi promovida pela Mesa uma reunião alargada da Comissão Permanente, conforme solicitada pelo Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias, Luís Gala, para entrega formal e institucional da proposta de desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, aprovada na reunião extraordinária de 12 de dezembro, último. Nessa mesma reunião, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesias sugeriu, por forma a dar visibilidade e relevância ao assunto, que fosse agendada uma sessão extraordinária para a discussão e votação da mesma, o mais célere possível. Informar que, nos termos do artigo 12.º da Lei 39/2001, foi solicitado, no prazo de quinze dias úteis, parecer à Câmara Municipal e que não sendo emitido parecer, considera-se que este é favorável. Foi ainda solicitado ao Senhor



Presidente da Câmara, um parecer jurídico aos serviços, sobre se a proposta de desagregação deve ser agendada para deliberação da Assembleia, após a remessa da cópia autenticada da ata da reunião da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei 39/2001 ou se a mesma cópia autenticada da ata da reunião pode ser substituída pela deliberação em minuta, conforme consta do processo da proposta. Informar, para finalizar, que por iniciativa desta Mesa, foi alcançado um entendimento entre os Líderes das Bancadas da Assembleia Municipal para a elaboração de uma proposta de alteração ao Regimento em vigor, nomeadamente no que diz respeito à gravação e transmissão nas plataformas digitais do município, das reuniões da Assembleia Municipal. O entendimento da Mesa e acredito, de todos os Líderes de Bancada, foram assim ultrapassadas todas as divergências apresentadas nesta Assembleia relativas ao Regimento pelos Membros da Assembleia da Câmara do CDS. Foi entendimento dos Líderes de Bancada, a necessidade de prévio parecer e esclarecimento do Encarregado de Proteção de Dados, por forma a confortar juridicamente toda a Assembleia Municipal.” -----

----- Concluído aquele ponto, deu início ao terceiro período da Ordem de Trabalhos, destinado à intervenção aberta ao público. Verificando-se que não existiram inscrições por parte do público, deu por concluído o ponto **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO.** -----

----- De imediato, prosseguiu para o período da ordem do dia, iniciando o ponto **4.1. – APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL** e questionou os Senhores Membros da Assembleia quem pretendia inscrever-se para intervir neste ponto. Verificando-se a existência de cinco inscrições para intervir, passou a palavra à Senhora Membro da Assembleia Joana Mota e informou os Senhores Membros da Assembleia que teriam à disposição 15 minutos para efetuarem as suas intervenções, podendo repartir esse tempo em duas intervenções. -----

----- **JOANA MIRANDA MOTA** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção: “A miséria, a pobreza, a fome, a inclusão social estão espelhados na freguesia de Oiã e certamente nas restantes freguesias o cenário deve ser similar. A importância do Departamento de Ação Social nos municípios é fundamental para as famílias que estão cada vez



mais empobrecidas, manifestando carências de saúde, alimentar, higiene, educação, entre outros. E, por isso, é necessário implementar um conjunto de medidas e programas para melhorar as condições de vida da população e a dignidade a que as que se encontram em situações vulneráveis, ajudando a superar barreiras que os impeçam de participar plenamente na sociedade. É desafiante, mas é um dever político-social do município e da freguesia. É necessário fazer um estudo para verificar onde, quais e os problemas mais sofridos aqui nas zonas. É importante entender as necessidades específicas da população empobrecida e desenvolver programas e serviços que atendam a essas necessidades. É importante estabelecer parcerias com organizações locais e líderes comunitários para garantir que as iniciativas de ação social sejam relevantes e eficazes. É importante promover a inclusão social para garantir que todas as pessoas tenham oportunidade de alcançar o seu pleno potencial e contribuir para a sociedade. Isto pode ter um impacto positivo na economia, na saúde, na educação e em outras áreas, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas e ajudar a contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa. É importante garantir que as pessoas, principalmente as mais empobrecidas, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e a uma habitação segura e adequada. É importante garantir que as iniciativas de ação social sejam inclusivas e não discriminatórias e promover uma inclusão social e igualdade de oportunidade para todos. É importante monitorizar e avaliar continuamente os programas e serviços de ação social, para garantir que eles estejam a alcançar os seus objetivos e para identificar oportunidades de melhoria. Seria viável um acompanhamento local do Departamento da Ação Social com o propósito de vivenciar de perto os casos problemáticos e que, aos olhos de muitos, passam despercebidos, infelizmente. Com os problemas sociais que surgem e com o aumento da migração, vemos necessidade de poder dar uma resposta mais rápida às necessidades das nossas freguesias. A proximidade com as populações mais carenciadas e mais vulneráveis e sabendo que as Juntas de Freguesia são os primeiros a ter conhecimento, a atuar, achamos importante criar um gabinete de apoio social nas Juntas de Freguesia. Este apoio pode funcionar,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

numa primeira fase, como a Loja do Cidadão funciona nas freguesias. É importante perceber que mais do que obras é o apoio que nós damos às nossas populações, são os cuidados primários como ouvir, o conversar, o resolver e o apoiar que reflete o crescimento das nossas sociedades. E aqui nós temos que ser um exemplo.”-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Joana Mota e informou que o Sr. Membro da Assembleia António Campos já se encontrava presente em Assembleia Municipal. -----

----- De seguida passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Acácio Oliveira. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – cumprimentou todos os presentes e efetuou a sua intervenção: “Quero referir-me em 1.º lugar, a questões relacionadas com a atividade municipal referente ao período entre 15 de setembro e 7 de dezembro de 2022. Naturalmente que não discutimos isto e algumas coisas estarão aqui por esclarecer e também por afirmar, que estamos ou não estamos de acordo com algumas. A primeira tem a ver com o contrato de fornecimento de gás natural às piscinas municipais. Aparecem dois contratos celebrados com a firma Petrogal S.A., um no valor de 35.997,57 € + IVA com efeitos a partir de 14/10/2022 e outro no valor de 47.981,75 €, acrescido de IVA, com efeitos a partir de 22/11/2022, pelo prazo de um mês. Agradecemos ao Senhor Presidente, naturalmente, o esclarecimento sobre estes dois valores destes contratos. Temos algumas dúvidas e, por isso, agradecemos que nos esclareça. Também agradecemos ao Senhor Presidente da Câmara e perguntamos por que razão houve necessidade de modificação objetiva do contrato de empreitada em substituição das coberturas com fibrocimento nas instalações do antigo IPSB, pelo valor de 21.655,42 € + IVA.” -----

----- “No contencioso, Senhor Presidente da Câmara, agradecemos que nos informe sobre o valor total pago aos proprietários, acrescidos dos custos das expropriações litigiosas destes, destes ou dos que constam na informação, na sua informação, de 26 terrenos rústicos para fazerem parte integrante da Zona Industrial de Vila Verde. Naturalmente que houve acréscimos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e gostaríamos de saber quanto é que foram, portanto, que nos diga ao certo quanto é que isso cresceu.” -----

----- “Em relação à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, já aqui referimos quais as alternativas que têm para aplicação dos produtos fitofarmacêuticos sem glifosato. Já o recomendámos uma vez ou mais que uma vez, quais as soluções para evitar realmente a aplicação sem os fitofarmacêuticos. E, portanto, pedimos e perguntamos se a nossa proposta, pode ou não estar de pé e pode ser utilizada para futuro.” -----

----- “Em termos de Estratégica Local de Habitação. Neste ponto, refere, pode eventualmente apresentar o que refere, pode apresentar eventualmente um por cento dos projetos que serão necessários implementar a curto prazo para acudir às necessidades da habitação, reabilitação do parque habitacional do concelho, nomeadamente da necessidade de acabar com os bairros das minorias étnicas do concelho e alojá-los com um mínimo de dignidade. Temos chamado a sua atenção para este problema concelhio, uma vez que a aposta na habitação é um dos pilares estratégicos da qualidade de vida das populações e do reforço da competitividade do concelho. Assim sendo, propomos que o executivo realize sessões de apresentação da Estratégia Local de Habitação destinadas aos proprietários privados, Juntas e União de Freguesias e também às IPSS do concelho, de forma a sensibilizar e promover soluções habitacionais acessíveis para todos os que ainda não têm resposta no mercado. Em termos de estudos urbanísticos, Senhor Presidente da Câmara, por onde anda a proposta de delimitação de áreas de reabilitação urbana para todas as freguesias do concelho, elaborada no ano de 2016 e ainda durante o executivo do Senhor Mário João Oliveira? É importante que nos informe aqui de forma detalhada, porque não deu seguimento a essa proposta quando já está no poder há cinco anos.” -----

----- “Obras particulares: desejamos que nos seja informado, porque é que no período de 01/09 até 31/11/2022 deram entrada 42 novos processos de obras e somente foram emitidas 22 licenças. Para além disso, o que se passa com os requerimentos entrados e os deferidos? A



Oliveira do Bairro assembleia municipal

execução dos muros da futura ligação entre a Praça dos de Cruzeiro e a Junta de Freguesia de Oiã, pela informação que temos em nosso poder e fornecida pelo proprietário de um dos confinantes, exigimos, talvez por parte do Senhor Presidente, uma explicação clara e verdadeira sobre a razão da não conclusão definitiva da obra, uma vez que acreditamos que, até prova em contrário, a informação que o confinante nos forneceu é verdadeira e que o seu Executivo teimosamente não quer assumir a responsabilidade.” -----

----- “Expansão norte da Zona Industrial de Vila Verde: quanto aos lotes, pergunto quantos lotes já se encontram infraestruturados e disponíveis para venda?” -----

----- “Pintura da cabine elétrica do Museu da Rádio: vai, com certeza, melhorar a envolvimento do museu. Contudo, é oportuno perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se pensa em qualificar pessoas para capacitar destinos ligados ao turismo do concelho, se existem protocolos. Se já existem, quais? Se pensa em profissionalizar o nosso turismo, fazer formação na área do turismo concelhio, tal como nas áreas de consumo cultural, de eventos, de estudos, desportivo, ecoturismo, aventura e gastronómico, com o propósito de colocar o nosso património turístico num patamar que tenha importância e que faça gerar riqueza e notoriedade ao concelho.” -----

----- “Rede social: Senhor Presidente, entende que o que aqui está proposto é o bastante para dormir bem e crescer melhor? Será que existe por parte do Executivo, e eu acredito que exista, o conhecimento do que é viver uma noite num bairro onde residem minorias étnicas ou andem algumas casas alugadas por imigrantes a viver dentro do nosso concelho? Conheço algumas e torna-se deprimente constatar esta realidade.” -----

----- “Uma vez mais, deixamos aqui, para último, três propostas a saber: criar em todos os parques infantis do concelho sombreamento com toldos coloridos e um bebedouro e reestruturá-los de acordo com a proposta que a bancada do Partido Socialista já fez chegar, há algum tempo atrás, à Senhora Vereadora do Desporto; reestruturar a iluminação pública do Polo Escolar de Oliveira do Bairro, o qual se encontra praticamente às escuras, mais agora de inverno, tornando-se muito difícil para os pais levarem os seus filhos até aos seus meios de transporte; por último,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

reestruturar e ampliar o parque de estacionamento do lado sul da Escola EB2/3 Doutor Fernando Peixinho, colocando um coberto que vá desde o estacionamento até ao interior da escola, para proteger as crianças e os encarregados de educação em dias de muita chuva. E aqui, esta parte também a julgo muito importante ou julgamos muito importante que era: reabilitar as ruas de acesso à escola, criando passeios para segurança e também sinalética apropriada. A questão do parque, ele é exíguo e sabemos que tem acontecido que a GNR e legitimamente, tem aplicado multas a quem não se encontra bem estacionado. E há, realmente, há ali muitas limitações. Se conseguirem estacionar 20 carros em condições de segurança e também segundo a lei é muito. E, portanto, a GNR está a fazer o seu papel, está a sensibilizar, mas também está a multar. E, portanto, com certeza que o Executivo, tendo um terreno mais a sul, encostado à estrada, poderá, dizemos nós, dali concluir ou pelo menos ampliar o estacionamento para que os autocarros ou o autocarro possa estacionar e em dias especiais, caberem muito mais automóveis e, portanto, não formando filas enormes e grande confusão naquela parte da escola. É tudo para já. Senhor Presidente, agradeço-lhe. Tenho dito.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Acácio Oliveira e passou a palavra à Sra. Membro da Assembleia Jéssica Dias. -----

----- **JÉSSICA CATARINA DIAS GAUDÊNCIO** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção: “A ligação da Praça do Cruzeiro à Junta de Freguesia de Oiã é um projeto desejado pela população Oianense. É um projeto de futuridade e de interesse municipal. Neste sentido, venho questionar qual é o ponto de situação atual e perceber se já existe uma solução para o diferendo existente. Se, por exemplo, a Câmara Municipal já conseguiu entrar num ponto de encontro negocial com o particular ou se, por exemplo, vai avançar para a expropriação. Outra questão, também no Centro de Oiã, é questionar se existe alguma limitação para a utilização da Praça do Cruzeiro. Muito obrigada.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

FERREIRA – agradeceu a intervenção da Sra. Membro da Assembleia Jéssica Dias e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Marco Alves, informando os técnicos de som e imagem para suspenderem temporariamente a transmissão. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – informou que iria fazer a declaração de consentimento, à semelhança das anteriores Assembleias Municipais: -----

----- “Eu, Marco Alexandre da Silva Alves, na qualidade de Membro da Assembleia Municipal, declaro para os efeitos do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro e do n.º 11.º do artigo 4.º e artigo 7.º do Regulamento UE n.º 679/2016, de 27 de abril, RGPD, que: -----

----- 1. Autorizo/consinto, a captação e a transmissão áudio/som em direto nesta sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro do dia 30 de janeiro de 2023, renunciando desde já, a quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar.

----- 2. Autorizo/consinto a captação e a transmissão vídeo/imagem em direto nesta sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro de 30 de janeiro de 2023, renunciando desde já a quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventualmente resultar. -----

----- 3. Não autorizo/não consinto a disponibilização da gravação áudio em modo diferido nas plataformas digitais do município ou em quaisquer outras recolhida nesta sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, de 30 de janeiro de 2023.-----

----- 4. Tomo conhecimento do teor do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal, dos direitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados (UE)2016/679 e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, nomeadamente o direito de retirar o consentimento facultado em qualquer momento, mediante comunicação escrita. -----

----- 5. Os direitos consignados na legislação aplicável, designadamente no Regulamento Geral da Proteção de Dados e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, podem ser exercidos a qualquer momento, mediante comunicação escrita, para o efeito, por correio eletrónico enviado para o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

email: assembleiamunicipal@cm-olb.pt ou por carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, para a morada do Município de Oliveira do Bairro, sito na Praça do Município 3770-851 Oliveira do Bairro. -----

----- 6. Mais tomo conhecimento de que o tratamento dos dados será feito pelo Município de Oliveira do Bairro, entidade que respeita todos os deveres e obrigações preconizados no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável. -----

----- 7. Estou consciente de que o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da Ficha de Informação e Tratamento de Dados nas Reuniões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, tendo recebido um exemplar dessa Ficha.” -----

----- Após leitura da declaração de consentimento, cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção: “Permita-me, Senhor Presidente, que revise um assunto que ainda não vi, até ao momento, totalmente esclarecido e que se prende com a titularidade do terreno do campo de jogos São Sebastião, Oliveira do Bairro, porque tal como o Senhor Presidente da República, também eu gostaria de ver tudo investigado até às últimas consequências, doa a quem doer. Quero ainda deixar claro que esta questão afasta qualquer responsabilidade a este Executivo, bem como à atual direção do Oliveira do Bairro Sport Clube, por razões óbvias, porque quer uma quer outra, não estavam à data dos factos em funções. A primeira referência ao campo São Sebastião consta de uma ata de uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, decorria a data de 14 de maio de 1947, onde se lê e abro aspas: «foi deliberado arrendar ao Senhor Arnaldo Tavares Ferreira de Castro, o campo de futebol de São Sebastião». Mais de quarenta anos volvidos e face ao interesse dos proprietários em alienar o terreno onde está implantado o campo de futebol, em 17 de setembro, através do ofício n.º 2257, o Município presidido na altura pelo Senhor Alípio de Assunção Sol, informa os titulares da propriedade que, na sequência da reunião de 14/09/1987, abro aspas: «A Câmara Municipal deliberou adquirir os terrenos do qual é arrendatária desde 1947, do campo de jogos São Sebastião, sitos em Oliveira do Bairro, que têm uma área de 6.500 metros quadrados, ao preço, à data, de 200 escudos o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

metro quadrado, o que totaliza 1 milhão e 300 mil escudos destinados à manutenção da atividade que nos mesmos vem sendo exercida. Mais deliberou conceder poderes para outorgar a escritura ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.» A escritura de compra e venda veio a ocorrer a 28/09/1987, a que foi atribuído ao artigo o número 9395. Ainda que não estando na posse da totalidade dos elementos que solicitei, via Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concluo à luz dos elementos que aqui trouxe, que não restarão dúvidas a quem, de facto, pertencem os terrenos em apreço. A minha dúvida, que gostaria de ver esclarecida, é sobre o que se terá passado para que em 2010, a direção da altura achasse que tinha via verde para fazer o registo do terreno por usucapião e a Câmara de 2010 nada tenha feito para manter um ativo que não é nem da Câmara, nem do Oliveira do Bairro Sport Clube, mas sim do Município. Obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Marco Alves e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel, que solicitou um pedido de esclarecimento, invocando o Regimento. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEIREIRO CHAMBEL** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo uso da palavra e cumprimentou todos os presentes. -

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – pediu desculpa pela interrupção. Informou os serviços técnicos de som da suspensão da transmissão e que gostaria que ficasse registado em ata. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEIREIRO CHAMBEL** – informou: “Não, Senhor Presidente, eu entreguei na mesa uma declaração, que autorizo.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – informou que não reparou na entrega da declaração e autorizou o Membro da Assembleia Municipal a que prosseguisse com a intervenção. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – prosseguiu com a sua intervenção: “Senhor Presidente, eu vou reincidir no pedido de esclarecimento relativamente à interpretação, à sua interpretação, dos consentimentos. Já na última assembleia, coloquei em causa o seu entendimento e o entendimento da Mesa. O Senhor Presidente da Mesa acabou de informar no princípio dos trabalhos que teria havido um entendimento relativamente à questão dos consentimentos. Eu gostaria de saber o que é que ainda impede que a Mesa possa fazer uma interpretação, não lhe vou dizer de exceção, mas uma interpretação *ad hoc* para permitir que as pessoas possam ter o seu direito de poder, aquilo que estão a transmitir a esta Assembleia seja também ouvido lá em casa. E, por isso, gostava de ouvir uma declaração ou uma decisão ou uma posição e uma decisão, outra vez, ou a confirmação da decisão por parte da Mesa. E se ela continuar a ser a mesma, voltaria a solicitar, a recorrer, da opinião da Assembleia Municipal, se concordam com a interpretação que a Mesa continua a ter de não aceitar, depois de ter sido claro e expreso aqui, o consentimento das pessoas relativamente à transmissão da sua imagem em direto. Muito obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – relativamente à questão colocada, informou: “eu penso que fui claro no período de expediente, é obrigação do Senhor Presidente da Assembleia cumprir e fazer cumprir o Regimento. Há uma proposta de alteração que é consensual, já se ultrapassou essas questões, estamos a aguardar só de um parecer e um conforto da Encarregada de Proteção de Dados, para que o mesmo fosse trazido a esta Assembleia. Era o objetivo trazer a esta Assembleia e posteriormente entrar em vigor no dia a seguir. Este é o procedimento normal, embora que reconheça que o plenário tem sempre poderes para alterar tudo o que é este tipo de decisões. Não tenho mais nada a acrescentar, acho que fui claro sobre todo o procedimento da Mesa e do esforço que a Mesa, juntamente com os líderes de bancada fizeram, para chegar a um consenso nesta proposta de alteração ao Regimento que vai, digamos que, ultrapassar estas divergências de entendimento quanto a esta situação que é omissa na lei sobre esta situação.” -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- De imediato, passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Municipal que efetuou novamente um pedido de esclarecimento, invocando o Regimento. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu pelo uso da palavra ao Senhor Presidente da Assembleia e referiu o seguinte: “Senhor Presidente, só para deixar claro e por isso, vou recorrer para o plenário da decisão da Mesa, porque aquilo que eu já tinha transmitido na última assembleia era baseado num parecer e era baseado num parecer que era muito concreto e que levantava questões legais e de responsabilidade civil, digamos assim, das quais nós temos todos de ter conscientes e, por isso, eu vou recorrer da sua decisão ou da opinião da Mesa para o plenário e questionar o plenário se concorda com a decisão da Mesa de continuar a coartar o direito que as pessoas têm, apesar de o terem demonstrado aqui e terem expressado que consentem. É que não é recusam, é o inverso, é consentem que seja transmitido e esse direito é que está a ser coartado. Por isso, eu questionava o plenário se concorda com a Mesa relativamente a esta interpretação. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira para um pedido de esclarecimento. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pelo uso da palavra, informou que deixaria os cumprimentos formais para mais tarde e solicitou: “Em função daquilo que tem sido o procedimento da Mesa e em função também da invocação ao Regimento por parte do Membro André Chambel, solicitava que, antes, se for da vontade da Mesa de solicitar ao plenário a decisão, que houvesse uma interrupção dos trabalhos em função do mesmo. Só isso, Senhor Presidente, obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Em função do solicitado, respondeu: “Com certeza, só antes de suspender os trabalhos por 5 minutos, só prestar ou dar aqui uma nota: este assunto poderia ter sido abordado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

na Comissão Permanente, não o foi, e uma vez mais, estamos a interromper os trabalhos. Embora é um direito que assiste aos membros.” -----

----- Passou novamente a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu pelo uso da palavra ao Sr. Presidente e interveio, referindo: “Senhor Presidente, claro que esta questão não foi colocada na Comissão Permanente. Eu estive na Comissão Permanente, nessa Comissão Permanente, e aquilo que foi abordado na Comissão Permanente era que havia consenso relativamente a uma interpretação da lei, que tínhamos chegado finalmente a acordo e chegámos a acordo na Comissão Permanente. Após a Comissão Permanente é que foi levantada pelo líder de bancada PPD/PSD, se calhar, a boa ideia de se questionar o Encarregado de Proteção de Dados relativamente a esta proposta, mas isto não foi discutido na Comissão Permanente porque simplesmente não faria sentido estar a ser discutido na Comissão Permanente, porque estávamos todos de acordo. Aquilo que eu questiono mais uma vez é que se nós já estamos todos de acordo, foi agora ao EPD apenas para verificar se não há lá mais nenhuma tralhada, desculpem-me a expressão, porque é que estamos mais uma vez.... Eu entendo que o Senhor Presidente queira manter a sua interpretação do Regimento. Sim, senhora. Agora, eu acho é que nós já estamos todos, dado os documentos, as dúvidas legais e as próprias ilegalidades que nós possamos estar aqui a cometer. Possamos, não faço a mínima ideia, não sou advogado, jurista, nada. Por isso é que temos os especialistas. Mas dadas essas questões, como estamos mais uma vez a coartar um direito. É que nós não estamos a emitir sem as pessoas quererem. Não, as pessoas querem que seja emitido e nós estamos a não transmitir. Por isso, a questão é: isto não foi discutido na Comissão Permanente para esclarecer, porque não havia razão para ser discutido na Comissão Permanente, porque na altura não se punha ainda. Muito obrigado.” ----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – face ao exposto, lembrou o seguinte: “qualquer alteração que se pudesse fazer ao Regimento, ela só entra em vigor no dia a seguir. Essa é que é a grande questão, mesmo que o



assunto fosse hoje, viesse hoje aqui, ele só entrava em vigor no dia a seguir, se houvesse sessão.” -----

----- Informou que “relativamente a outras questões de legalidade ou de concordância, aquilo que houve, a minha perceção que houve, foi uma cedência para um bem maior, isto é, nós todos percebemos e não está prevista na lei a obrigatoriedade da transmissão das reuniões da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal. Entendemos, a Assembleia Municipal entendeu e aprovou por unanimidade, todos nós aprovámos as regras no Regimento que estava e aquilo que nós fizemos na reunião da Comissão Permanente foi por um bem maior, isto é, porque o fim e a finalidade da transmissão é aproximar as pessoas, é cedermos naquilo que era um entendimento de um conjunto ou de duas bancadas que têm a maioria na Assembleia. E foi isto que aconteceu para um bem maior, que é dar mais transparência àquilo que é os trabalhos que nós desenvolvemos aqui e aquilo que é a proximidade das decisões que nós tomamos aqui das populações. É só isso, mas eu agora vou interromper os trabalhos, então, por 10 minutos.” -----

----- Retomados os trabalhos, informou: “Vamos então colocar a votação a proposta apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia André Chambel. Eu peço a colaboração de todos os Membros da Assembleia e da Câmara Municipal. Queria, para ficar bem claro, que o Senhor Membro da Assembleia, novamente, André Chambel, venha apresentar a proposta que vai ser votada pelo plenário.” -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia e apresentou a proposta: “Basicamente é: a Mesa entende, continua a entender, que enquanto o consentimento não for dado por escrito, exatamente nos termos em que está no anexo ao Regimento, que não será feita a transmissão online das declarações. E eu entendo ou pelo menos aquilo que eu pergunto aos Membros da Assembleia é: discordando da posição ou entendimento da Mesa, que basta que os Membros da Assembleia venham, como têm vindo, ler uma declaração, dar o consentimento escrito ou consentimento oral para que as suas intervenções sejam gravadas e transmitidas online, para que vamos ao encontro daquilo



que todos já estamos de acordo e todos nos preparamos para aprovar numa próxima Assembleia Municipal com a alteração do Regimento. Porque continuamos a coartar, mais uma vez, um direito e um consentimento. Nós não estamos a negar nada a ninguém, nós estamos a ir contra a vontade das pessoas que querem que as transmissões já possam ser feitas nesta altura. Aliás, desde há várias semanas. Mas pronto, é precisamente isso, a Mesa entendeu que não, que deve continuar a tomar, a ter o mesmo entendimento que tem tido até agora e eu acho que já não faz sentido, já não fazia na última Assembleia Municipal. Para além do mais, já tendo nós um parecer de um jurista nesse sentido ou pelo menos que alerta para a possível ilegalidade de alguns dos trâmites daquilo que temos estado a tomar e que passemos a transmitir de acordo com o consentimento e a vontade das pessoas. Ou seja, Senhor Presidente, nesta questão, para facilitar a sua questão, é quem concorda com o entendimento da Mesa vota a favor, quem discorda do entendimento da Mesa votará contra. Muito Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – explicou: “Então, o que está aqui em questão é cumprir o que está plasmado no Regimento que foi aprovado por unanimidade.” -----

----- De imediato passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel que solicitou a palavra para um protesto. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – efetuou o protesto à Mesa da Assembleia Municipal: “Muito obrigado. Senhor Presidente, é um protesto, porque o Senhor Presidente da Mesa e não é o único, há outros Membros que o fazem, abusam, abusam, das boas intenções da bancada do CDS e dos Membros que votaram o Regimento como ele está. Esquecem-se é que, durante a votação do Regimento, o CDS apresentou uma proposta de alteração ao próprio Regimento, que os Senhores chumbaram. Por isso, não diga, ou pelo menos não digam, que o Regimento foi aprovado por unanimidade. Foi, realmente, o Regimento foi todo aprovado por unanimidade, porque nós achamos que esta questão do consentimento, apesar de importante, era apenas uma parte do Regimento e o que interessava é o todo. Mas não digam



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que nós concordámos com esta parte, porque senão não andamos aqui a fazer nada relativamente a este ponto, há muito tempo. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Membro da Assembleia Municipal André Chambel e informou que o protesto ficou registado na Mesa da Assembleia Municipal e iria constar da ata. -----

----- Prosseguiu com a votação: “Quem concorda com a interpretação da Mesa relativamente ao Regimento?” -----

----- Efetuada a votação, a proposta de manter a interpretação da mesa foi aprovada com maioria de 13 votos a favor e 12 votos contra. -----

----- Passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Ricardo Regalado para apresentação de uma declaração de voto. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – agradeceu pelo uso da palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e informou que deixaria os cumprimentos para a intervenção que iria fazer a seguir. -----

----- Efetuou a apresentação da declaração de voto: “Não me parece, não parece natural termos que fazer isto. Chegou-se a um entendimento. Naturalmente, não podia, enquanto a proposta não vier da Encarregada do RGPD, não vier à Assembleia Municipal, nós temos que fazer cumprir o Regimento como estávamos a fazer até aqui. Não podemos entrar agora numa incoerência e desfazer tudo aquilo que fizemos até aqui, por uma Assembleia. Assim que vier, naturalmente, o parecer do RGPD e dentro daquilo que foi acordado na Comissão Permanente, aceitaremos, naturalmente, porque cedemos em alguns pontos e porque achamos que mais importante do que tudo, efetivamente, é discutirmos aquilo que é importante para as pessoas e não é ocuparmos o tempo com este tipo de burocracias e por isso é o meu voto.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – passou de imediato a palavra ao Senhor Membro da Assembleia e Primeiro-Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Nuno Barata, para apresentação de uma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

declaração de voto. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa pelo uso da palavra e cumprimentou todos os presentes. Efetuou a sua declaração de voto: “É meu entendimento que a Mesa está obrigada a cumprir e a fazer cumprir o Regimento e nós temos um Regimento em vigor. É também meu entendimento que existiu esse tal entendimento para ultrapassarmos, todos, as diferenças que nos separam e nisto não incluo só a Assembleia Municipal, como também o Executivo, ou boa parte dele, em relação a um ponto específico do Regimento. Também é para mim muito claro e eu também faço questão que conste em ata, que não se pode confundir entendimento em sede de Comissão Permanente para que se ultrapasse esta diferença em relação ao Regimento com a assunção de que há algo que esteja errado no Regimento em vigor. Eu tenho e todos temos conhecimento do parecer, já aqui hoje referido pelo Senhor Membro da Assembleia, como também tenho e todos temos conhecimento de outras informações que têm que ver com esta questão em específico. Enquanto Membro desta Assembleia, votei pela manutenção da regra do cumprimento do Regimento, pelos motivos que referi anteriormente e por um outro: este Regimento em vigor permite, permite, de forma clara e inequívoca, que qualquer Membro da Assembleia possa usar da palavra recorrendo ao que está previsto no próprio Regimento, como, aliás, está a ser feito por um Membro da bancada do CDS. Portanto, no meu entendimento pessoal, não sendo jurista, é possível a qualquer Membro da Assembleia fazer uso da palavra, sem pôr em causa aquilo que será a sua vontade da não divulgação em diferido das suas intervenções e isso já é prática nesta Assembleia por, pelo menos, um membro que dela faz parte. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia António Campos, que solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pelo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e afirmou: “Primeiro,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

gostava que a Mesa me esclarecesse o porquê deste problema ainda não estar resolvido. Em segundo lugar, o Membro de que o colega Nuno Barata fala, vou esclarecer a Mesa, sou eu. Porque eu não voto em bando, eu voto em consciência e precisamente por poder falar é que posso esclarecer. Não faz sentido nenhum burocratizar um tema que está a ser demasiado burocratizado e gostava de esclarecer a Mesa que o meu colega Ricardo Regalado falou em burocracias, mas nós vimos para aqui discutir burocracia. Peço desculpa, já passo à frente.” ---

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu: “Senhor Membro, dizer-lhe que não são permitidas considerações sobre um voto, sobre uma declaração de voto.” -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – explicou: “Eu não estou a considerar, só estou a enquadrar, estou a enquadrar e agora já me talhou o raciocínio, se era essa a sua intenção, conseguiu. Basicamente o que eu estou aqui a dizer, porque posso falar, porque votei a favor, é que aguardo para acabarmos com esta burocratização, que o documento siga em frente e que paremos com as teimosias, só isso. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – retomado o ponto, informou que iria dar continuidade às inscrições para as intervenções dos Senhores Membros da Assembleia Municipal e passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Ricardo Regalado. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa pelo uso da palavra e cumprimentou todos os presentes, iniciando a sua intervenção: “Venho aqui fazer uma proposta, depois de uma leitura de alguns dados que me parece ser importante e que tem que ver com um assunto que nós já vamos acompanhando, não é específico de Oliveira do Bairro, tem a ver um bocado com o país inteiro e até com o continente europeu e que tem que ver com o envelhecimento da população. Nós sabemos que a população residente em Oliveira do Bairro tem cerca de 23.000 habitantes e que 23% dessa população tem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mais de 65 anos, sendo que todos sabemos da situação do saldo natural que não inspira confiança, ainda que, naturalmente, e por parte do Executivo haja propostas, já discutimos na última Assembleia, de tentar alterar este quadro. Ao longo dos últimos 5 anos, a taxa de mortalidade em idades superiores a 80 anos tem vindo a diminuir, ao contrário da taxa de mortalidade de pessoas entre os 70 e os 79, o que nos faz pensar que, naturalmente, as pessoas que vivem, vivem mais tempo e para as quais é preciso uma atenção diferente e um cuidado muito mais concertado, porque, naturalmente, inspiram muito mais cuidados quanto mais velhas forem as pessoas em princípio, naturalmente. Além disto, podemos ver que há um aumento, ainda que gradual, do número de famílias, aliás, do número de pessoas a viver sozinhas e que espelha, naturalmente, aquilo que é um fenómeno que nós podemos registar e que tem que ver com o agravamento da situação de solidão, de abandono ou de exclusão social e que se repercute muitas vezes na falta de qualidade de vida, sobretudo das pessoas mais velhas, ao contrário das famílias mais numerosas que vêm até com três membros que não são, e daí muito numerosas, mas também tem vindo a diminuir. Mais podemos perceber que ao longo dos últimos anos, 10 e 20 anos, o número de pensionistas é cada vez maior e sabemos também que maior parte das pensões são declaradamente insuficientes para aquilo que são as necessidades destas pessoas.” -----

----- “Também podemos registar que, ao longo dos últimos 10 anos, houve um crescimento muito acentuado do número de empresas do setor da saúde no concelho de Oliveira do Bairro. São dados da Pordata, portanto, do INE e se em 2009 nós tínhamos cerca de 130 empresas do setor da saúde, hoje, e os números não são de hoje, são de 2020, temos cerca de quase 200 empresas do setor da saúde e do apoio social em Oliveira do Bairro. E, portanto, achamos que todas as condições se reúnem para desenvolvermos um plano concertado para a resolução de maior parte destes problemas e para estar mais próximo e dar um cuidado mais a sério, pelo menos mais eficaz, e mais eficiente às pessoas que dele precisam. E por isso é que eu venho aqui propor a elaboração, naturalmente, é uma proposta que depois irá à Comissão Permanente,



se assim for entendido, e depois de uma forma mais séria, será discutido em Assembleia Municipal, e que se trata de um Plano de Saúde +65. O que nós propomos é a criação de uma série de parcerias, sobretudo com entidades privadas que ajudem a diminuir o custo do cuidado de saúde àquilo que são os seus utilizadores finais. Estamos a falar aqui, sobretudo em três pontos essenciais, quatro, que me parece ser a higiene oral, a medicina dentária, oftalmologia e otorrinolaringologia. São efetivamente os problemas de saúde mais constantes e mais intensos ou que nós mais facilmente associamos às pessoas de maior idade e, portanto, para as quais nós podemos encontrar ou devemos encontrar soluções mais imediatas. E por isso, nós achamos que podemos contar efetivamente com a sociedade civil para desenhar um plano de saúde que tenha os três contributos: da sociedade civil por parte das empresas, do Município de Oliveira do Bairro por parte do Estado e das próprias pessoas, naturalmente. Sabemos que o preço médio de consulta ronda os 60 euros e, portanto, o que nós iríamos propor, isso são números que depois, naturalmente, têm que ser discutidos, que o exercício de contributo do parceiro, desse parceiro privado seja de 17%, diminuindo assim a consulta para 50 euros, o município 50% do valor restante, portanto, 25 euros e, portanto, os restantes 25 euros para o utente. Este exercício teria um encargo máximo anual para o município com limite de duas consultas por ano, registando assim um total, fazendo as contas, 270.000 euros, e um encargo máximo anual para o Município com limite de três consultas por ano, de 405.000 euros, sendo que o encargo para o Município por consulta e, como já disse, seria 25 euros. Portanto, naturalmente, se fosse duas consultas, 50 e três consultas, 75. É uma ideia, é uma proposta que efetivamente vem de encontro àquilo que a intervenção anterior diz e muito bem, que é realmente importante, que é discutir o problema das pessoas. Efetivamente, nós estamos focados nesse princípio de os tentar resolver e achamos que é muito importante. Aquilo que discutimos na última Assembleia, faz todo o sentido, atrair novas empresas, para atrair novos jovens, mas, naturalmente, a qualidade de vida das pessoas que cá vivem, o respeito que temos que ter pelas pessoas que já cá moram, não é de menos importância. Portanto, achamos que a sociedade civil



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deve cumprir a sua responsabilidade e nós políticos, temos a capacidade e a função de concertar este tipo de protocolos e de parcerias. E, portanto, fica aqui a minha proposta. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Ricardo Regalado e informou que gostaria de corrigir a votação que houve relativamente à condução dos trabalhos da Mesa, sobre quem concordava com a postura que a Mesa ou a interpretação da Mesa relativamente ao Regimento: a votação aprovada por maioria, foi de 14 votos a favor e 11 votos contra. -----

----- Passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira, para finalizar o primeiro período de intervenções do ponto 4.1. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – cumprimentou todos os presentes e efetuou a sua intervenção: “Ficamos hoje definitivamente clarificados com a orientação estratégica de CDS na Assembleia Municipal. Num ponto da ordem do dia, que a designação do mesmo é “Assuntos de Interesse Municipal”, enquanto o PSD e até mesmo o PS colocaram propostas e reflexões para o concelho em cima da mesa, o CDS prima pela procura desesperada do erro burocrático, protocolar e regimental da Assembleia. Não tendo propostas nem uma visão para o concelho, visam o ataque individual e tentam desviar o foco da sua incompetência política de defender os interesses dos munícipes. Pior do que aquilo que se aqui disse e que ainda para mais não interessa para a esmagadora maioria da nossa população, foi o que aconteceu na última reunião de Câmara Municipal. Contextualizando, desde 2016, o RGPD previa a designação do encarregado de proteção de dados, sempre que o tratamento dos dados ficasse da alçada de um organismo público. Efetivamente, a partir de 2019, passou mesmo a ser obrigatório que as autarquias locais procedessem à designação do encarregado de proteção de dados, mediante deliberação da Câmara Municipal. Este último acontecimento acabou por suceder na última reunião de câmara, sob forma de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Municipal. Nesse momento, após dúvidas levantadas pela vereação do PSD, não foi possível informar aos Senhores Vereadores quais é que tinham sido os critérios de seleção da técnica em causa e nem mesmo o vencimento que a mesma iria auferir. Se, no mínimo, é desconhecimento embaraçoso, no máximo transmite uma clara displicência para o exercício das honrosas funções que ocupam. Para além da obrigatoriedade legal da designação, esta mesma designação é feita a partir de um ponto na ordem de trabalhos inscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que mau é para o Senhor Presidente da Câmara Municipal e para o nosso concelho que temas inseridos por ele não sejam do seu total domínio. Caro Presidente da Câmara Municipal, hoje já nos consegue dar essas respostas? Quais é que foram os critérios de seleção? Qual o vencimento? Como é que foi feito o concurso? Foi por ajuste direto? Quem é que assinou a adjudicação? E porque é que o PSD insiste nesta matéria? É simples, com o desenrolar de escândalos nacionais que temos visto diariamente das ligações e dos relacionamentos dos nossos governantes, qual o nosso espanto? Soubemos que no nosso concelho, a técnica em causa até é um quadro de referência na Juventude Popular e um valor do CDS na Região de Aveiro. E é por isso que exigimos respostas claras para as questões concretas que colocamos. Não menos do que isso, porque numa matéria que tem melindrado muito e ainda hoje várias situações não só do concelho, mas também propriamente desta Assembleia, não merece nada mais e nada menos do que transparência. E isto para não cairmos no pano e na alçada da vergonha. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Dirigindo-se ao Senhor Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, informou: “Senhor Membro da Assembleia, temos que repensar quando usamos o adjetivo vergonha, temos que pensar bem em usar essa palavra neste órgão porque em nada dignifica o órgão nem o Município.” -----

----- Concluído o primeiro período de intervenções, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse, informando que dispunha de 15



Oliveira do Bairro assembleia municipal

minutos para o fazer. Informou ainda os serviços técnicos de som e imagem para suspenderem temporariamente a transmissão online. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pelo uso da palavra e informou que primeiramente iria ler a declaração de consentimento que entregaria também à Mesa no final dos trabalhos: -----

----- “Eu, Duarte dos Santos Almeida Novo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, declaro para os efeitos do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro e do n.º 11.º do artigo 4.º e artigo 7.º do Regulamento n.º 679/2016, de 27 de abril, que:-----

----- 1. Autorizo/consinto, a captação e transmissão áudio/som em direto nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já, quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 2. Autorizo/ consinto a captação e a transmissão vídeo/imagem em direto nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 3. Não autorizo/não consinto a disponibilização da gravação áudio em modo diferido nas plataformas digitais do município ou em quaisquer outras recolhida nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- 4. Tomo conhecimento do teor do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal dos direitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados (UE) 2016/679 e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, nomeadamente o direito de retirar o consentimento facultado em qualquer momento, mediante comunicação escrita. -----

----- 5. Os direitos consignados na legislação aplicável, designadamente no Regulamento Geral da Proteção de Dados e na Lei 58/2019, de 8 de agosto, podem ser exercidos a qualquer momento, mediante comunicação escrita para o efeito, por correio eletrónico enviado para o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

email: assembleiamunicipal@cm-olb.pt ou por carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, para a morada do Município de Oliveira do Bairro, sito na Praça do Município 3770-851 Oliveira do Bairro. -----

----- 6. Mais tomo conhecimento de que o tratamento dos dados será feito pelo Município de Oliveira do Bairro, entidade que respeita todos os deveres e obrigações preconizados no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável. -----

----- 7. Estou consciente que o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da Ficha de Informação e Tratamento de Dados nas Reuniões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, tendo recebido um exemplar dessa Ficha.” -----

----- Após leitura da declaração de consentimento, efetuou os cumprimentos formais e informou que gostaria que ficasse em ata um cumprimento a todos aqueles que acompanham a Assembleia através das redes sociais, uma vez que não é transmitido esse cumprimento. Esclareceu que existiam matérias questionadas que envolviam diretamente o Senhor Vice-Presidente e que, por isso, iria passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente para falar delas e posteriormente ele mesmo interviria sobre as restantes. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que antes de passar às saudações e aos cumprimentos formais, iria ler uma declaração de consentimento de transmissão: -----

----- “Eu, Jorge Ferreira Pato, na qualidade de Vereador e Vice-Presidente da Câmara, declaro para os efeitos do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro e do n.º 11.º do artigo 4.º e artigo 7.º do Regulamento n.º 679/2016, de 27 de abril, RGPD, que:

----- 1. Autorizo/consinto, a captação e transmissão áudio/som em direto nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já, quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 2. Autorizo/consinto a captação e a transmissão vídeo/imagem em direto nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já quaisquer direitos ou



Oliveira do Bairro assembleia municipal

compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 3. Não autorizo/não consinto a disponibilização da gravação áudio em modo diferido nas plataformas digitais do município ou em quaisquer outras recolhida nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- 4. Tomo conhecimento do teor do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal dos direitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados (UE) 2016/679 e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, nomeadamente o direito de retirar o consentimento facultado em qualquer momento, mediante comunicação escrita. -----

----- 5. Os direitos consignados na legislação aplicável, designadamente no Regulamento Geral da Proteção de Dados e na Lei 58/2019, de 8 de agosto, podem ser exercidos a qualquer momento, mediante comunicação escrita para o efeito, por correio eletrónico enviado para o email: assembleiamunicipal@cm-olb.pt ou por carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, para a morada do Município de Oliveira do Bairro, sito na Praça do Município 3770-851 Oliveira do Bairro. -----

----- 6. Mais tomo conhecimento de que o tratamento dos dados será feito pelo Município de Oliveira do Bairro, entidade que respeita todos os deveres e obrigações preconizados no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável. -----

----- 7. Estou consciente que o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da Ficha de Informação e Tratamento de Dados nas Reuniões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, tendo recebido um exemplar dessa Ficha.” -----

----- Informou que entregaria na Mesa, de seguida, aquela declaração e cumprimentou todos os presentes, bem como o público em casa que não o estaria a ouvir.-----

----- Iniciou de imediato os esclarecimentos: “Há aqui três questões que importa esclarecer, duas muito concretas e uma que me vai levar aqui mais algum tempo. A questão dos processos de urbanismo colocada pelo Membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira: os processos de urbanismo, infelizmente, a esmagadora maioria vêm incompletos ou vêm mal feitos ou vêm com



Oliveira do Bairro assembleia municipal

erros que precisam de correção e, portanto, a generalidade dos processos que vai à Câmara volta várias vezes. E às vezes há muito pior, chega a haver casos em que os munícipes perguntam pelos processos, eles ainda nem sequer deram entrada quando os técnicos dizem que já foram entregues e que estão à espera que a Câmara Municipal responda. Infelizmente, há situações destas e, portanto, são aprovados aqueles que estão rigorosamente bem feitos, cumprem as condições legais e, portanto, esses são aprovados e o Município de Oliveira do Bairro tem tempos de atendimento absolutamente dentro do que é aceitável e elogiado em muitos e por muitos técnicos.” -----

----- “A questão do Largo do Cruzeiro e das condições, se tem alguma limitação de utilização que foi colocada aqui, penso que pela Membro da Assembleia Jéssica, suponho que foi pela Jéssica, tem um problema de segurança. O estacionamento precisa de obras, não é só de manutenção, é mesmo de reestruturação, tem de tirar o peso, aquela placa em cima que levou. Ainda não foi feito porque ainda não há um consenso técnico sobre a forma mais adequada de o fazer e, portanto, eu penso que brevemente será resolvido e avançaremos para a obra para definitivamente resolver essa parte da questão, porque depois falta a outra do loteamento que ainda decorrem as negociações. Temos, como sabem, um proprietário que não aceita a possibilidade que estamos a tentar. Veremos como, o que o futuro nos trará.” -----

----- “Pergunta recorrente hoje e nos últimos tempos: a ligação da Junta de Freguesia ao Largo do Cruzeiro. Penso que todos sabem o processo de negociação com os dois particulares, o que demorou muitos anos, foi concluído, já não foi no mandato anterior, e ao fim de muitos anos de negociação, chegou-se a um acordo. Já depois de a obra começar, um dos proprietários entendeu que não estão respeitadas as condições acordadas e no fundo, obrigou e impediu que as obras da construção do muro avançassem. Basicamente, é isto, factual. Perante esta realidade e esta imposição do proprietário que veio há alguns meses aqui à Assembleia Municipal, o comportamento dos partidos da oposição, nomeadamente o Partido Social Democrata, tem sido absolutamente lamentável. Desde logo, no dia em que o proprietário veio à



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia Municipal fazer a queixa e relatar o que entendia por bem e a visão dele dos factos. E sem consultar o processo, sem conhecer rigorosamente nada do processo, o líder da bancada do Partido Social Democrata veio nessa Assembleia Municipal acusar a Câmara de falta de diálogo, de culpa. Penso que chegou a dizer, inclusivamente, que não tínhamos condições para continuar no poder, porque faltava capacidade de diálogo, que éramos culpados do que se tinha passado e etc. Como se não bastasse, passado algum tempo, o proprietário, porque sentiu algum conforto nesta Assembleia, enviou à Assembleia, enviou ao Senhor Presidente um processo físico com um documento físico. Aliás, não foi físico, foi uma coleção de emails, aquilo que ele entendia como sendo todo o processo, o histórico do processo de negociação entre a Câmara Municipal e o proprietário. O Senhor Presidente, na boa-fé, o Senhor Presidente da Mesa, entregou a todos os Membros da Assembleia aquilo, o processo que lhe foi entregue, mas foi vítima de um pequeno esquecimento, porque naquele processo faltava o email, provavelmente o email mais importante, que era o email de aceitação, aquele em que os proprietários aceitaram as condições do Município e a minuta de contrato. Até sugeriram alterações, mas relativamente à altura do muro não houve assunto e, portanto, o Senhor Presidente da Mesa foi induzido, aceitou de boa-fé aquilo que lhe deram e, portanto, acabou por prestar um mau serviço à Assembleia, porque forneceu documentação incompleta. Entretanto, para continuar a festa, veio de seguida o Senhor Vereador escrever nas redes sociais que tínhamos feito obra em terreno particular, como se não houvesse o contrato de cedência devidamente registado, feito pelo oficial público e portanto, esta questão de fazer obra e que começou, o muro está praticamente terminado, de facto, não se entende esta visão única de um processo. E para completar a festa, a Junta de Freguesia de Oiã, aquela que provavelmente devia ser a maior interessada neste processo, porque precisa efetivamente, Oiã precisa daquela ligação, na última Assembleia de Freguesia convidaram o proprietário a participar na Assembleia e convidaram, porque o Senhor Presidente da Mesa anunciou o nosso convidado para se vir pronunciar. E, portanto, o convidado da Assembleia de Freguesia de Oiã falou durante 14 minutos, porque parece mal e penso que é



Oliveira do Bairro assembleia municipal

falta de educação mandar calar os convidados, e falou durante 14 minutos sem ter sido interrompido e durante 14 minutos disse o que quis e o que lhe apeteceu sem qualquer contraditório. Portanto, acusou a Câmara Municipal de tudo, deu a visão única dos factos ou a sua visão e, portanto, é isto que temos de responsabilidade do principal partido da oposição. Quatro entidades, eu diria, que no jogo, o verdadeiro poker de quatro entidades com comportamento irresponsável a darem colinho a uma posição irredutível de um proprietário, que assinou um contrato que não está a cumprir e que, obviamente, será a responsabilidade e, portanto, será a justiça a resolver o problema, porque perante uma posição irredutível como o proprietário está a ter, não temos outra solução. O Município apenas exige que se cumpram as normas legais, aquilo que está contratado e, portanto, é isso que terá de acontecer. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que gostaria também de prestar alguns esclarecimentos. Iniciou, dirigindo-se ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira: “O Senhor Deputado disse que queria acompanhar de perto o processo, queria ir ver o processo, mas tanto quanto sei, fartei-me de perguntar ao Senhor Vice-Presidente, nunca veio ver o processo. Pronto, de facto, eu teria que lembrá-lo que não é assim que também se faz política. A política faz-se vendo tudo, conhecendo todos os factos e depois vir aqui discutir efetivamente as ideias. Assim está tudo enviesado para não dizer aqui de outra forma. Depois também lhe dizer o seguinte: eu tenho que lamentar, porque eu não tenho que saber tudo, eu sei que, e agradeço-lhe vivamente que relembre aqui a minha capacidade de memória, que é grande. Vai-se esvaziando com os anos, naturalmente, mas é grande. Mas não tenho que saber de tudo, de todos os números, de todos os pormenores. E recordo-me deste na Reunião de Câmara, que sugeri, se existisse essa dúvida, há sempre o momento e o Senhor foi Vereador, sabe disso, para nos solicitarem, nós colocarmos os elementos em cima da mesa para ser consultado, porque eu acho que deve ser assim. Antes mais do que uma palavra, porque muitas vezes e eu relembro todos os Membros desta Assembleia, há factos e neste mandato já



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aconteceu, muitas opiniões aqui foram dadas, muitas palavras foram dadas e os Senhores Deputados não confiaram em nenhuma. Torna-se difícil, muitas vezes, já saber se vale a pena ou não ter aqui os dados para dar a todos vós, mas incito-o a ir consultar o processo, como disse ao Senhor Vereador para o fazer. Aliás, extremamente transparente e estou muito tranquilo sobre isso e, felizmente, pauto pela máxima transparência que é assim. Mas se existirem erros, eu cá estou para os corrigir, porque é isso que é o mais importante. “ -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Ricardo Regalado, esclareceu: “De facto, nós já temos algumas parcerias. Como sabe, o cartão Abem é uma dessas parcerias. É algo que a Senhora Vereadora já vinha a insistir comigo para nós irmos a adotar e falarmos com os parceiros, até porque temos conhecimento de outros municípios que têm também efetuado estas parcerias. Claro que estas parcerias envolvem um bocado de burocracia. Eu sei que o Senhor Deputado sabe disso e que também compreende. Naturalmente que será algo que terá que, e já trocava aqui impressões, será exposto ao CLAS e a todos os parceiros que nós temos e às entidades, porque deve ser assim. Aliás, eu tinha tomado aqui nota para outras circunstâncias que depois vou sugerir também à Senhora Vereadora para analisar, para ver se tem pernas para andar, deixando aqui também a nota de que, claro que terá que ser muito bem analisado, não terá que ser provavelmente os valores que está aí a dizer, não serão esses valores, serão outros, noutras circunstâncias.” -----

----- “Deixo aqui só uma nota e no que toca ao envelhecimento e no que toca à questão levantada aqui da pobreza e de todas estas relações: primeiro, todos nós sabemos, isso vai ser discutido daqui a um bocadinho, a questão da descentralização de competências que vai trazer na área social um conjunto de competências aos municípios que até agora os municípios não tinham e que está na Segurança Social e em algumas IPSS, que não nos está delegado. É uma nova visão, uma nova forma de atuar. Provavelmente teremos a possibilidade de ir atuar onde se está a falhar. Agora, eu espero que não estejamos a descentralizar, mais a descentralizar, mais a descentralizar e depois não fazemos nada, que andamos aqui em casinhas. Não é essa a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

intenção. A intenção é efetivamente trabalharmos as coisas, trabalharmos em equipa, porque o que se vê muitas vezes é uns a trabalhar deste lado, depois a mesma pessoa vai ter com outra entidade, depois vai ter com outra entidade e anda com três ou quatro entidades e todos a atropelaram-se uns aos outros. Infelizmente e não obstante o trabalho que tem sido feito nesta área, a nível social, e com os parceiros todos em Oliveira do Bairro, há coisas dessas ainda a acontecerem e nós temos que estar muito atentos e mitigá-los. Deixo aqui uma nota, porque tenho insistido fortemente nisso, no envelhecimento ativo e no papel que as Juntas de Freguesia com ideias que estão, por exemplo, a Universidade Sénior que fomento, defendo claramente. Tenho dito ao Senhor Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, que é um projeto que deve estar completamente descentralizado, completamente a chegar a todo o lado, mas isso é algo que certamente nós discutiremos e teremos a oportunidade de o fazer.” -----

----- “Algumas notas também sobre a questão do gás natural. É muito simples, aliás, eu acredito que tenha levantado algumas dúvidas, mas a oscilação dos mercados dos combustíveis tem sido tão grande que nós como temos no âmbito da Comunidade Intermunicipal, fizemos uma consulta a várias empresas que se classificaram, estratificaram, para poder fornecer aos municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal. E então nós optámos por fazer consultas, mais para períodos mais curtos, para não sofrer com a oscilação, ou seja, se nós fôssemos para períodos mais longos (três, quatro, cinco, seis meses) poderíamos levar com um preço muito mais alto. Então vamos fazendo concurso. É, de facto, é muito burocrático, leva-nos a muito trabalho, mas temos feito concursos para períodos mais curtos para mitigar essa mesma situação, daí aparecer o que está aqui e fez muito bem em questionar, porque, de facto, para que fique tudo esclarecido.” -----

----- “A modificação objetiva está relacionada com um complemento que se entendeu que devia-se colocar em algumas chapas que não estavam o mais adequadas e que ficaria melhor para os jovens, ficaria com mais clareza. Foi proposta pelos Serviços para fazer isso mesmo, entendeu-se que junto à cantina, que deveria de ser também colocado. É essencialmente, por



isso.” -----

----- “A Zona Industrial de Vila Verde está em desenvolvimento, estão a ser feitas as estruturas, pelo que esperemos nós rapidamente. Foi também à Câmara para discussão pública o regulamento, já para a devida transação dos lotes, que depois queremos que se faça em simultâneo. Queria dar nota também, é um processo que tem que estar concluído no final do verão, é inequívoco e esperemos nós que esteja todo pronto. Pelo menos, felizmente, a chuva tem dado tréguas para que a obra continue.” -----

----- “Relativamente à questão dos fitofármacos, queria dar nota também que existem alguns produtos que não utilizam tanto, que não tem tanto glifosato. Nós estamos a estudar alguns agora, também não temos utilizado tanto e queria dar aqui uma nota às nossas Juntas de Freguesia, pelo menos algumas delas que aproveitaram bem o investimento que tem sido efetuado, o apoio que a Câmara deu para comprarem equipamentos, para substituírem. Nota-se claramente aquilo que tem sido feito, não poderia deixar de, aqui, referir isso mesmo.” -----

----- “Atendendo que o meu tempo também está a terminar, queria só dar aqui uma nota sobre um assunto que eu acho que deve ter um debate público bastante intenso, que é a questão do São Sebastião. Senhores Deputados e é aqui muito importante, eu acho que gostaria de deixar isto bem esclarecido. O Município tem que defender os interesses municipais. Não pode, sabendo que a propriedade é dele, não pode fazê-lo esquecer. Eu acho que é um debate que todos nós devemos de incentivar e esta própria Assembleia o deve fazer. Porquê? Porque vocês são o órgão fiscalizador, são vocês que fiscalizam aquilo que o Executivo faz, mas vocês também têm o papel de defender tanto ou mais os interesses municipais e, neste caso, aquilo que são a propriedade municipal. Por isso, eu sou de todo aberto, eu não estava cá em 2010, era membro da Assembleia Municipal como Presidente de Junta, não era Executivo e, Senhor Deputado, pode ter a certeza, eu não sei o que passou, não sei o que se passou pela cabeça do meu antecessor, por quem estava na direção do clube. Não sei, não sou ninguém para responder a isso, só eles o poderão fazer. Tenho a certeza absoluta que o farão quando entenderem ou se acharem por



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pertinente o fazer. A verdade é que nós também não verificámos nada escrito que levasse a entender o que quer que seja. No processo foi sempre límpido, sempre colocámos em cima da mesa tudo o que tínhamos conhecimento, porque de forma transparente nós podemos resolver todas as situações, que é isso que se pretende. É resolver as situações para bem do município, para bem de todos aqueles que com ele se interligam, neste caso o Oliveira do Bairro Sport Clube, que nos merece todo e mais algum respeito, como vocês sabeis.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e solicitou que concluísse a sua intervenção.” -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – respondeu: “Está concluído Sr. Presidente, não respondo a mais nada. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – esclareceu: “embora tenha alguma latitude naquilo que é a interpretação do Regimento, mas tem que concluir a sua intervenção e usará da palavra na segunda ronda de esclarecimentos, Senhor Presidente. Se entender, depois, prestar mais algum esclarecimento.”

----- Questionou os Membros da Assembleia quem pretendia usar da palavra para a segunda ronda de intervenções. Verificadas as inscrições, passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia André Chambel. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia e iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Líder de bancada do PPD/PSD, Álvaro Ferreira: “Vimos aqui com formalismos, com burocracias. Eu não sei se o Senhor sabe, mas a política são formalismos, são burocracias. O cumprimento da Constituição é um formalismo, o cumprimento da lei é outro formalismo, o cumprimento da lei eleitoral é um formalismo, o cumprimento do próprio Regimento é um formalismo. Os entendimentos podem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ser diferentes, mas a lei é a lei e nós temos de a cumprir, tanto que nós quando tomamos posse, num formalismo, nós comprometemo-nos a cumprir o nosso dever com lealdade, alguns com a ajuda de Deus, nem todos, mas com lealdade e isso tudo é um formalismo. Quando nós apresentamos as nossas candidaturas no tribunal também é um formalismo. Quando falamos aos nossos eleitores e nos comprometemos com promessas, projetos, formas de atuar, estamos a formalizar aquilo que nós pretendemos fazer e os munícipes e os eleitores quando votam também estão a formalizar a sua intenção. Por isso, a política são formalismos. Ouça, aquilo que acusa o CDS de fazer, só vem aqui trazer formalismos ou questões formais. Oh caro colega, o CDS aqui não precisa de apresentar propostas. Pode apresentar de melhoria, mas as propostas já as apresentou em setembro de 2021 e tendo ganho as eleições, tem aqui estas Senhoras e estes Senhores que estão a executar as propostas que nós apresentámos. Por isso, o CDS deve apoiar estes Senhores, fazer com que o programa seja implementado e, de vez em quando, propor melhorias ou surgindo novas circunstâncias, propor alternativas ou caminhos a seguir. Mas quem tem que apresentar alternativas são os Senhores, não somos nós. Agora, eu se calhar teria era algum pejo relativamente às propostas que aqui trazem, porque aquilo que o Senhor Líder da Bancada aqui disse é que o PSD estava a fazer o seu papel, o PS também, que tinham apresentado aqui propostas e agora vamos analisar as propostas, o que é que apresentaram hoje? O PS parece que anda distraído, porque aquilo que apresentou hoje já foi a votação no Orçamento Participativo. A colocação de coberturas para fazer sombra nos parques infantis já foi a votação pela população. Eu gostava muito do projeto. Sinceramente, votei nele. Não foi aprovado, é a democracia. Pronto, por isso estava à espera de outro tipo de propostas. Mas pronto, é uma que a população já apresentou, tudo bem. Ao menos uma do vosso próprio programa, mas não, é da própria população. Sim, senhora. Pronto, é esse tipo de propostas que precisamos. Depois o PPD/PSD veio aqui apresentar duas propostas, uma pela Presidente da JSD, que tem o seu mérito, a criação de gabinetes sociais nas Juntas de Freguesia, pelo menos foi aquilo que eu percebi. E depois uma outra proposta, pelo caro colega Ricardo Regalado



relativamente ao apoio na saúde, à população. Muito bem, sim senhora.” -----

----- “Agora vamos à parte da responsabilidade, porque eu aceitaria tudo isto se nós fôssemos responsáveis na parte que é necessária para implementar tudo isto, que é a parte financeira. E aqui nesta altura, nós temos de tomar opções. O Executivo tem uma série de opções validadas, estão no orçamento e estava no programa eleitoral. São aquelas opções. Estas são as prioridades do Município e do Executivo, estão lá plasmadas. Os senhores abstiveram-se, houve quem votasse contra, o CDS votou a favor. Essas são as opções. Essas são as prioridades, são as prioridades tendo em conta os meios financeiros existentes. Agora, o que é que aconteceu há meses? Os Senhores tomaram a posição, a opção política, política, de retirar receita ao Município, numa opção até puramente demagógica, perdoem-me a expressão, puramente populista, como diria o Senhor Ex-Presidente, há uns anos, de retirar por mês ou de dar por mês um café a cada um dos munícipes que passariam a beneficiar do retorno do seu IRS. Os senhores retiraram meios financeiros ao Município. Se não estou em erro, o Senhor Presidente da Câmara, decerto que me vai corrigir, se assim o tiver, cerca de 150.000 euros por ano. Já o tinham retirado antes, cerca de 90.000. Agora são 150.000 euros. Por isso, vamos a ver agora, os Senhores retiram receita, mas depois querem aumentar a despesa, certo? Eu não estou a dizer que as áreas que os Senhores colocaram não sejam pertinentes. Certo, mas eu teria algum pejo em, tendo retirado receita, agora quero aumentar a despesa. É só essa a questão. É uma questão de responsabilidade, porque eu entendo perfeitamente que os Senhores sejam pró-ativos e tragam propostas, porque é assim, a política é isto. E aquilo que nos traz à política é podermos participar para o melhor da nossa terra, dos nossos munícipes. Sim senhora. Agora, temos de ser responsáveis, temos de ser responsáveis. Não podemos num dia tirar e depois querer dar, porque senão vamos ter de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara há-de vos perguntar a vocês onde é que os Senhores cortam. Não me venham falar das festas, não, porque atrás de si tem um representante de uma Junta de Freguesia em que, de investimento para 2023 tem 4,5%, mas não corta nas festas. As festas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

continuam lá, mas de investimento para a freguesia tem 4.5%, por isso sejamos realmente responsáveis, porque o Senhor Presidente não tem só 4,5% de investimento. Aliás, se nós vírmos, se nós vírmos bem, estávamos ainda há pouco a falar do Orçamento Participativo e os Senhores não sabem, se os Senhores não sabem, o PS pelos vistos não está muito atento ao Orçamento Participativo, mas eu elucidado. O orçamento para cada ano do Orçamento Participativo é em 1% do PPI. Isto quer dizer que este ano, tendo o Orçamento Participativo previsto, foi agora a Reunião de Câmara, de cerca de 250.000 euros. Temos um PPI previsto de 25 milhões. É claro que não é só para este ano, é para este ano e seguintes, mas é bem superior aos 4,5%. Por isso, eu entendo perfeitamente que, para além do investimento, das obras, do cimento, do tijolo, também haja umas fotografias e umas flores e umas cantorias. Ainda por cima, como saímos da COVID há uns tempos, as pessoas também precisam de se alegrar um bocadinho. Tenho ouvido e acredito perfeitamente que uma das grandes consequências da COVID são questões de saúde mental e de novas tipologias que precisam de outro tipo de abordagem, que ficaram agora exacerbadas pela questão dos isolamentos. Mas precisamos também de festa. Mas o Senhor Presidente ao pôr festa, tem também a responsabilidade das ações sociais, das obras, dos investimentos todos. Isso mantém-se e cada vez mais. É apanágio do Senhor Presidente aproveitar qualquer que seja a oportunidade de financiamento para qualquer obra. Agora, os Senhores deviam falar com os Senhores Presidentes de Junta das vossas bancadas ou que os Senhores suportam, porque esta questão das festas é tudo aquilo que eles têm, porque investimento muito pouco. Muito pouco. Na última Assembleia Municipal houve um membro do público, que por sinal é Membro da Assembleia de Freguesia de Oiã, eleita pelo CDS, que veio questionar o Sr. Presidente da Câmara relativamente à execução da cedência de materiais pela Câmara às Juntas de Freguesia, a cada uma das Juntas de Freguesia. Eu desafiava o PPD/PSD a questionar os seus Presidentes de Junta das suas freguesias relativamente à percentagem de execução, não é de execução, é de pedido e utilização dos materiais cedidos pela Câmara para essas Juntas de Freguesia. Desafiava e depois ficava aqui, que viessem dizer qual é que é,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

porque eu acho e vai-me perdoar o Senhor Presidente, que o Senhor Presidente ainda agora referiu o cuidado que nós devemos ter com a palavra vergonha. Eu não usaria essa palavra, mas usaria talvez, que usassem algum constrangimento relativamente às conclusões que pudessem tirar, porque aquilo que eu sei é que a União de Freguesias quase que os esgotou. As Juntas de Freguesia geridas pelo PPD/PSD, deixo-vos a questão. Não vou aqui dizer, mas deixo-vos a questão. Por isso, relativamente a propostas e onde é que cortariam, não me venham falar de festas, porque festas são muito aquilo que vocês têm. Então na de Oiã, meu Deus. Ali a Palhaça vai executando. Oliveira do Bairro está a começar a querer executar outra vez. Oiã, festa há muita, muita. Aliás, nós vemos, 4,5% de investimento num orçamento daqueles. Não me venham cortar nas festas, porque senão Oiã pára. Aliás, o Senhor Vice-Presidente aqui referiu e bem, aliás, desculpem lá, eu já não sei quem é que perguntava aqui relativamente às áreas de reabilitação urbana, que foram definidas em 2016. As Áreas de Reabilitação Urbana permitem que os proprietários tenham taxas mais baixas de IVA nas suas obras, não tem muito mais, porque a CCDR e os fundos comunitários também não permitiram implementar os planos de ação de reabilitação urbana noutros centros urbanos a não ser Oliveira do Bairro. Mas sim, Oiã precisa, há muito tempo. Mas depois quando vemos a postura da Junta de Freguesia de Oiã relativamente a esta questão, não é a Junta de Freguesia de Oiã, porque quem teve a postura foi a Mesa da Assembleia de Freguesia, mas eu não vou falar relativamente à Mesa da Assembleia de Freguesia porque há um elemento do PS que não gosta muito dos meus comentários no Facebook e outro tipo de comentários. Por isso, é melhor nem falar relativamente à Assembleia de Freguesia do PS. O melhor é que cortassem também, nem sei como é que está o consentimento relativamente a transmissão na Assembleia de Freguesia de Oiã. Outra questão para o PPD/PSD talvez. Pronto. Depois, mais nada. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia André Chambel e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia António Campos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – agradeceu pelo uso da palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e efetuou a sua intervenção, referindo: “ Vou-me atrever a responder um pouco ao meu colega André Chambel e atrever-me a dizer que, respeitante à freguesia de Oiã, que é freguesia na qual eu resido, a utilização dos materiais cedidos pela Câmara, deve andar muito muito abaixo ainda do investimento, ou seja, se o investimento é 4,5%, a utilização dos materiais deve ser para aí 0 ou 0,3, não sei. Pelo que vejo, mas está aqui o representante da Junta que pode responder a seguir. -----

----- “Voltando ao assunto, ou começando no assunto, eu comecei pelo fim, e gostava que o meu colega Álvaro Ferreira fosse um pouco mais coerente. Ele afirma que o CDS tem incompetência política porque não veio apresentar propostas nas intervenções feitas anteriormente, veio simplesmente falar da alteração ao Regimento por causa do RGPD, etc. Mas a sua intervenção foi baseada nisso mesmo. Portanto, explique-me aqui um bocado que eu fiquei perdido. Onde é que está a sua coerência? O Senhor também não apresentou proposta nenhuma. Só fez, inclusive, insinuações em termos pouco jocosos, aliás, como foi chamado à atenção pelo próprio Senhor Presidente da Mesa e ficamos por aqui. Mas ainda bem que falou em competência política. É curioso, porque isso enquadra-se precisamente nos três pontos ou quatro que eu vinha aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca do ponto de situação, porque decorrem de incompetência política, curiosamente ou não, de um Presidente com as suas cores, PPD/PSD. Eu vou passar a citar os casos: o relvado ou o sintético e já falei nisto várias vezes. O ponto de situação, Senhor Presidente de Câmara, se me conseguir elucidar, de um relvado sintético na Associação Desportiva de Oiã que, por incompetência política e técnica do Executivo da altura, foi feito, pasme-se, e vou repetir-me, com medidas que não permitem a realização de jogos oficiais. Para além disso, devem ter lá toupeiras, porque o campo ou certa zona do campo já começa a criar umas covas. Portanto, num sintético novo, houve aqui, repito, incompetência política, porque não foi fiscalizado e técnica, porque não foi bem executado. Vou reforçar o tema do Oliveira do Bairro Sport Clube, incompetência política do PPD/PSD na



Oliveira do Bairro assembleia municipal

execução, chamemos-lhe assim, de um contrato ou na permissão da existência de um contrato de usucapião, que agora está a causar os constrangimentos que todos sabem e decorre daqui a minha questão ao Senhor Presidente da Câmara. Porque estamos no mundo bonito que isto se resolve tudo rapidamente, está previsto um novo sintético para o Clube? Para que as camadas jovens do clube mais representativo do concelho possam ter algo digno, onde exercer as suas atividades? Com as medidas oficiais, atenção, e sem buracos.” -----

----- “O terceiro ponto. Há mais, se eu for recorrer às atas, porque eu já cá ando há 11/10 anos se não me falham as contas, se eu for recorrer às atas, há mais. Incompetência política, vamos passar para o Bustos. Então não é que fomos fazer obras, fomos fazer investimento dos munícipes, investimento do Estado, investimento do nosso dinheiro, num terreno alheio? Ao qual estamos, salvo melhor opinião, a pagar arrendamento. A Câmara Municipal, à data, no contrato de arrendamento, terá salvaguardado a sua posição de investimento para o caso de o próprio proprietário querer renunciar ao contrato ou à continuação do contrato? Terá? Incompetência política. Mais uma, já foi aqui falada, os Senhores e muito bem, e gostei da proposta do Senhor Ricardo Regalado, ainda me falta um bocado para lá chegar, mas se quando eu lá chegar tiver esse cartão, agradeço a poupança. Tem é um senão, é que o Senhor pede um investimento da Câmara de 400.000 euros, se eu bem ouvi, ou 255.000, salvo o erro este valor, posso estar errado que não apanhei tão bem. Ora, se nos últimos 2 anos retirámos ou vocês retiraram, o salmão retirou 240.000. Ora, 240.000 já davam aqui com uns pozinhos e com um bocado de boa vontade do Senhor Presidente da Câmara, já davam para avançarmos com este cartão, para incluirmos isto no orçamento e avançávamos já este ano. Curioso, não é? Nós não podemos ter sol na eira e chuva na beira. Temos que equilibrar e isso é uma coisa que o Senhor Presidente da Câmara tem sido pragmático, é no equilíbrio das contas, no equilíbrio da Câmara, na paz que vai transmitindo financeira à nossa Câmara Municipal. Falta-me aqui um último tema que também reflete a incompetência política. Eu gostei deste termo hoje, é novo. Que se confunde também com a transparência. Penso que o meu colega Álvaro Ferreira insinuou que o nosso Executivo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

era pouco transparente. Então gostava que o Senhor conseguisse, porque eu ainda não consegui, e estive 4 anos no mandato com o anterior Executivo e questioneei várias vezes, está nas atas, qual o real custo da Alameda. Depois vêm-me falar em transparência. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia António Campos e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Ricardo Regalado. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia pelo uso da palavra e efetuou a sua intervenção: “Agradeço as palavras do colega António Campos, sei que ainda lhe falta um bocado, mas ainda que não faltasse, espero que não precise dessa ajuda. Relativamente a...eu percebo, essa questão também já tinha sido quando o colega André Chambel veio aqui falar, já tinha sido falada até pelo Senhor Presidente da Câmara naquela célebre Assembleia que depois não chegou a acabar, mal chegou a começar, e ele usou precisamente o mesmo argumento com a diferença de que não tinha que ver com a saúde, que tinha que ver com os transportes escolares. Como é que nós, com esta redução deste imposto e, portanto, com a significativa diminuição de receita, vamos pagar os transportes escolares? Se calhar, não vamos conseguir pagar os transportes escolares. E isto diz sobre as prioridades, não é? Porque quando temos diminuição da receita, a primeira coisa que cortamos é nos transportes escolares e na saúde. Nós fizemos a proposta, a proposta está feita. Naturalmente, sabemos os constrangimentos. Fomos solidários com as pessoas, porque achamos que, acima de tudo, o dinheiro é das pessoas e, portanto, numa situação de crise, não é o Estado que tem que manter os impostos, tem que os diminuir naturalmente, e ajudar as pessoas a decidir, e sempre que for possível, fazer os investimentos com o dinheiro que tem, retirando sempre às pessoas o mínimo que for possível. Isso é a minha crença.”-----

----- “E por isso é que eu sei que não gosta que eu fale e que pediu para não falar, mas eu vou falar das festas, porque tem que ver com isso mesmo, quem quer festas que as pague. Evidentemente que eu percebo que as competências de uma Junta de Freguesia são



Oliveira do Bairro assembleia municipal

completamente diferentes das competências de uma Câmara Municipal e até relativamente àquilo que tem sido aqui dito, em altura mais propícia, tenho a certeza que o Presidente da Junta de Oitã poderá esclarecer porque é que usou tão pouco material. Aliás, porque é que tinha tanto material guardado, também é uma questão de execução e o mesmo se aplica uma palavra que disse e muito bem, que é constrangimento. Mas sobre isso, eu farei as questões mais tarde, sobre os tipos de constrangimento. E queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, também é um assunto que tem vindo aqui a ser falado, que é relativamente ao campo de futebol. Eu percebo, percebo...não entendo, não estava cá, não tenho a memória do Senhor Presidente de Câmara, porque, naturalmente, não vivi também o tempo dele e não conheço esses assuntos, mas porque acho que é mais importante olharmos para a frente do que para trás, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, o que é que vai acontecer a seguir? Eu não sei como é que está o processo, se o Senhor Presidente está disposto a despende da sua defesa pelo património do Município em favor do Oliveira do Bairro Sport Clube. Obrigado. “ ----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Ricardo Regalado e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia José Cotrim, informando os serviços técnicos de som e imagem para suspenderem temporariamente a transmissão. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção: “Vinha só deixar aqui uma notazinha de como é habitual, que já se falou aqui tanto no Oliveira do Bairro Sport Clube, só para deixar aqui uma nota que três atletas deste clube foram chamadas à seleção de futebol de futsal feminino de Sub-17: Matilde Lavrador, Inês Soares e Leonor Costa. E uma vez que se fala do Oliveira do Bairro Sport Clube e a tanto diferendo que já vem de algum tempo atrás, era importante que esta questão fosse bem esclarecida e que não se estivesse aqui a hipotecar, não só o futuro destas três jovens que fazem parte e que foram chamadas à seleção de futsal feminino Sub-17 e os futuros jogadores formados neste clube que tanto faz representar o nosso concelho, no país e fora dele, até inclusive, salvo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

o erro, no Qatar, ali pelo Senhor Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, que levou um cachecol que eu acho bem, Oliveira do Bairro, sim senhor.” -----

----- “Agora sobre estes últimos assuntos da bancada do CDS, isto já começa a ser desagradável, apontar aqui algumas coisas que têm sido ditas desde o início, sobretudo do abandono da Assembleia por parte do Senhor Vice-Presidente, que o Presidente Câmara abandonou, que a bancada do CDS presta vassalagem, culto ao líder. Começa a ficar um pouco desagradável ouvir isto. E os senhores que procuram que estas sessões sejam transmitidas online e que fiquem em arquivo, deveriam ter algum cuidado porque começamos aqui a passar uma imagem um bocadinho desagradável daquilo que é Oliveira do Bairro, que não me parece que seja a realidade. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia José Cotrim e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Marco Alves. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – efetuou a sua intervenção referindo o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que lhe diga e que sirva de exemplo e regra para o futuro, só existe uma oportunidade para causar uma primeira boa impressão e o Senhor Presidente como responsável pela Mesa da Assembleia Municipal, falhou em toda a linha, falhou sem apelo nem agravo. Lamento, mas é a pura das verdades. Assistimos a uma sucessão de acontecimentos surreais, confrangedores, a que nunca tinha assistido antes. Confesso que nos envergonha a todos, mas que o deveriam envergonhar a si primeiro, a forma grosseira, autoritária e sectária como conduziu os trabalhos nas últimas Assembleias Municipais, praticando atos irregulares e/ou ilegais, insistindo e persistindo no erro, com eventuais consequências legais, deveriam merecer reflexão da sua parte. Recordo-me, pelo menos uma ocasião, de o ter ouvido dizer que comigo...comigo não, consigo, este tipo de atropelos não aconteceriam. Está aí a realidade de encarregar-se de o desmentir, deve ser isto a que chamam de karma, efeito boomerang ou efeito borboleta. Inúmeras vozes da razão chamaram a sua



atenção para as decisões pouco ortodoxas que estava a tomar, mas numa espécie de poção de Rei-Sol, uma espécie de Luís XIV dos tempos modernos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, numa deriva autoritária e achando-se “L’État c’est moi”, não respondia aos apelos da razão. Os pareceres da Comissão de Proteção de Dados eram letra morta. Os pareceres jurídicos não passavam de um irritante e a cereja no topo do bolo, depois de encostado às cordas e onde o desespero era por demais evidente, a 17 de dezembro, numa Assembleia Municipal que decorreu em Bustos, dirigida por Francisco de Oliveira Martins, apresentou uma solução na linha das anteriores, de duvidosa legalidade que pretendia segurar a todo o custo, o prémio de consolação, que era o de manter a Mesa da Assembleia Municipal nas mãos do PSD. Mas, pasme-se, quando tudo indicava que a proposta seria aprovada por 14 votos a favor, um do próprio preponente, mais 8 dos elementos da bancada do PSD, 3 dos Presidentes de Junta eleitos nas listas do PSD e mais 2 da Esquerda do PSD, eis senão quando a proposta é rejeitada por unanimidade, nem o preponente votou nele próprio. Extraordinário. Nunca visto. Uma soma que era suposto dar 14, apresentou resultado 0.” -----

----- “Esta postura recorda-me numa fábula, a fábula do sapo e o escorpião, e passo a apresentar esta fábula: Na margem de um rio encontrava-se um sapo que necessitava de chegar à margem contrária. Enquanto se preparava para entrar na água, chegou um escorpião, também ele precisava de chegar à outra margem, mas não podia fazê-lo. Os escorpiões não sabem nadar. A contragosto viu que o sapo era a única possibilidade de chegar ao outro lado. O escorpião pediu ao sapo para o ajudar. Disse-lhe ele: deixa-me subir nas tuas costas e transporta-me até à outra margem, és grande o suficiente e não te cansarás. Mas o sapo que conhecia o veneno do ferrão do escorpião, respondeu: Nas minhas costas? Estás louco, tenho medo do teu veneno mortal. E o escorpião retorquiu: estás enganado em ter medo de mim, desejo apenas atravessar o rio, é meu interesse que permaneças vivo durante a travessia, pois se eu te picar, morreremos os 2, já que eu não sei nadar. Com tal raciocínio, o escorpião convenceu o sapo, subiu então nas suas costas. O sapo entrou na água carregando o escorpião e começou a nadar, à vontade, no



seu meio natural. Assim que chegou a meio do rio, no ponto em que era mais forte a corrente e maior o esforço do sapo, o escorpião levantou ferrão e picou com toda a força nas costas do sapo. Enquanto o veneno mortal se espalhava no seu corpo, o sapo exclamou: porque fizeste isso? Não vês que ambos morreremos, eu envenenado e tu afogado. O escorpião responde: porque eu sou um escorpião e esta é a minha natureza.” -----

----- Terminada a leitura da fábula, explicou: “Como sabem, as fábulas têm todas sempre uma moral da história, que eu cheguei a esta conclusão: políticos desta natureza, não raras vezes, acabam por provar do próprio veneno. Para finalizar, Senhor Presidente, quero ainda deixar claro que errar é próprio da condição humana, mas nós só somos sujeitos morais quando demonstramos sentimentos genuínos de remorsos, arrependimento e culpa, o que até agora não aconteceu por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo que insistiremos sempre no seu pedido de demissão, por acharmos que não reúne condições de independência para exercer o cargo, bem como por considerarmos que não tem dignificado o cargo, como bem provam os últimos acontecimentos.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Marco Alves e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – agradeceu pelo uso da palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e após ter sido informado que teria dez minutos para efetuar a sua intervenção, referiu: “Em 1º lugar sobre a ligação da Praça do Cruzeiro à Junta de Freguesia de Oiã. Fique desde já claro, tem o Líder de bancada do PSD culpa do processo. Tem o Senhor vereador do PSD culpa, também, do processo. Tem o Presidente da Assembleia Municipal, culpa também em relação a todo o processo. Tem a Junta de Freguesia de Oiã também culpa sobre a condução do processo e tem a Mesa de Assembleia de Freguesia de Oiã também culpa sobre o andamento do processo. Quem é que não tem culpa? O Executivo Municipal liderado pelo CDS. Curioso, têm todos culpa menos o Executivo Municipal. E é verdade, também sou incompetente.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

É verdade, também assumo em Assembleia Municipal que também tenho as minhas incompetências e uma delas é só ter dito que a estratégia do CDS em Assembleia Municipal é apenas refugiar-se naquilo que é a minúcia do erro e da falha. Também têm mais outras orientações estratégicas em Assembleia e que depois também passam para o exterior: a primeira é a de que se o Executivo Municipal não faz, é porque a oposição não deixa. Porquê? Porque vai ao encontro daquilo que é o contexto nacional, daquilo que é o contexto também municipal e apresenta propostas diferentes daquelas apresentadas pelo Executivo em relação à comparticipação do IRS. Não executa porque não tem ideias, mas daquelas que tem também não as faz porque o PSD não deixa. E depois também algo que, apesar dos meus trintas e alguns anos, penso ser único na história democrática do concelho de Oliveira do Bairro e lamento esta situação: é de que num primeiro ano de segundo mandato do Executivo Municipal, que se tente criar um anti clima entre Executivo Municipal e Juntas de Freguesia. Nunca eu, pessoalmente, assisti a tal situação, num primeiro ano, logo a seguir a que o Executivo Municipal ganhe os destinos da gestão municipal, isto acontecer. E depois dizem que nós não fazemos a nossa função em Assembleia Municipal, mas depois vêm em Assembleia Municipal fazer aquilo que os Membros de Assembleia de Freguesia não fazem nos seus partidos. Dizem para nós consultarmos aquilo que os nossos Presidentes de Junta de Freguesia andam a fazer com a requisição dos materiais. Caro Presidente da Assembleia Municipal, é verdade, há um dossiê que ainda não fui consultar, mas parece-me que em vez de uma tarde, vou ter que tirar uma semana inteira só para consultar dossiês em Câmara Municipal, porque para além desse dossiê em relação à ligação da Praça de Cruzeiro até à Junta de Freguesia, também irei solicitar toda esta documentação daquilo que são os protocolos entre Câmara Municipal e Juntas de freguesia, mas de todas: União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa; Palhaça; Oiã e Oliveira do Bairro. Porque da parte do Líder do Grupo Municipal do PSD, tenho todo o orgulho de todo o trabalho que as Juntas de freguesia lideradas, lá está mais uma vez coincidências, são só as Juntas de freguesias do PSD que não executam, que não têm uma planificação de atividades



sem serem festas, naquilo que é a organização física, o melhoramento físico das suas freguesias. Só mesmo os mais distraídos e os que estão atentos àquilo que têm que ser mandados para dizer em Assembleia, porque não saem de casa para andar na rua e não vêem aquilo que é feito pelas Juntas de freguesia. Mas Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é um dossiê, também, que terei todo o gosto de aprofundar, não só a requisição dos materiais, a forma como a requisição dos materiais é feita, os procedimentos todos que são feitos e, tudo, tudo o que é feito. Porque nós, PSD, e aqui indo contra aquilo que o Executivo Municipal aqui disse, nós não somos o principal partido da oposição, nós somos a alternativa à gestão municipal. E falou-se aqui de tantas coisas que as Juntas de freguesia faziam ou não faziam nas suas Assembleias de freguesia, sobre aquilo que são os formalismos ou não formalismos. Também há outros formalismos que também gostava de perceber e que, se calhar, de futuro, temos que recuar para trás para saber se fazíamos todos muito bem, mas a essa altura, lá chegaremos. Ainda não é o dia de procurarmos e de percebermos, nós como Assembleia, se agimos ou não agimos bem e o que é que de atrás se agiu ou não agiu bem em Assembleia Municipal. Tudo a seu tempo.” --

----- “E finalmente, indo ao encontro daquilo que também aqui foi falado por vários elementos de Assembleia, especificamente do CDS, sobre o histórico dos protocolos, também lembrar este Executivo Municipal, porque o PSD está atento àquilo que o Executivo Municipal faz agora e aquilo que pretende fazer de futuro e que estamos atentos para a execução dos acordos ou dos protocolos em relação ao Palacete do Visconde, em relação ao centro de Bustos, com a questão do cinema. São dossiês que nós vamos estar atentos, também para que os mesmos sejam executados na plenitude daquilo que foram acordados. É essa a nossa função nesta Assembleia Municipal, fiscalizar o trabalho que é feito por todos e condenar aquilo que é o ataque cerrado, porque nós, só este aparte, existimos e quando existimos não existimos por si sós, mas somos mais do que aquilo que nós representamos e é por isso que é importante a forma e quem diz o quê. E é por isso que eu digo que este nível de anti clima que se vive é algo histórico no nosso concelho. E é por isso lamentável tudo aquilo que aqui se disse em relação às nossas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Juntas de freguesia. E condeno, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esta atitude que não é de agora, que já é de algum tempo a esta parte, ainda para mais com pessoas com responsabilidade na gestão de vários dossiês no nosso município. Obrigado, Senhor Presidente.”

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira e passou a palavra ao Sr. Representante da Junta de Freguesia de Oiã, Sr. Valter Matos. -----

----- **VALTER MATOS** – agradeceu pelo uso da palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes e dirigiu a sua primeira consideração ao Senhor Vice-Presidente: “Senhor Vice-Presidente, o Senhor sabe e não falou verdade, não pode afirmar que a Junta de Freguesia se associou ou que convidou, não o pode dizer, até porque estivemos uma reunião, o Senhor, Eu, a Engenheira e os Proprietários, em casa dos proprietários, para tentar resolver o diferendo e, portanto, o Senhor não pode afirmar que a Junta de freguesia que convidou, neste caso, o proprietário do terreno para ele prestar um esclarecimento na Assembleia de Freguesia. Isso não é verdade, não pode ser dito. Se o Presidente da Assembleia se referiu a ser convidado, pois terá que lhe perguntar a ele, não à Junta de Freguesia, porque a Assembleia de Freguesia não é a Junta de Freguesia. Houve aí um equívoco qualquer em relação a si.” ----

----- “Depois, responder também aqui às citações que foram feitas em relação à Junta de Freguesia da Oiã. Dizer ao António Campos, pois o Senhor falou muito bem, residente em Oiã, residente em Oiã, porque não lhe conheço mais nada do que isso. Deve dormir lá, certamente. Não conheço o seu passado, não conheço que alguma vez tenha feito alguma coisa pela sociedade ou aquilo que sei é de Oliveira do Bairro e parece-me que a coisa não foi assim tão bem ou não correu assim tão bem. Portanto, falou também dos materiais, mas os materiais irei responder ao Senhor André Chambel. Em relação aos materiais, quero dar os parabéns da forma como eles estão a ser tratados, as cedências dos materiais e os protocolos com as Juntas de Freguesia. Ainda esta semana, estivemos reunidos, a semana que passou, estivemos reunidos com o Senhor Presidente da Câmara, exatamente para vermos passeios e águas pluviais e está



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tudo detalhado, o pedido, cálculos feitos e penso que não diferem os pedidos daquilo que vai ser executado. Andámos também com a Engenheira Isabel Simões e, portanto, penso que não falham, e aí tenho que dar os parabéns, da forma que é gerido o material e os protocolos com a Junta de Freguesia. Pois bem, esses materiais e a cedência dos materiais não foram pedidos da parte da Junta de Freguesia porque existia grande stock e ainda existe e aí é que não era controlável, porque existia e ainda existe, pode ser consultado e visto no nosso armazém, na Zona Industrial: a existência de tubos, de lancis, de guias, de pavê. E nós utilizámos porque não íamos fazer armazém. Aí, se calhar, as coisas não eram vistas antigamente, como é que eram feitas, e o material existia lá. Montes de tout-venant em frente à Junta de Freguesia, que era o estaleiro da Junta, ao pé do acampamento que ainda lá existe, muito material que existia e hoje já pouco existe. Tijolo no cemitério de Perrães, que ainda pode ser visto e nós estamos a utilizar. Andamos a fazer sepulturas, pois, temos que utilizar, porque senão o tijolo vai-se desfazer com o passar do tempo, à chuva e ao sol. Portanto, é isso. E depois dizer, Senhor André Chambel, dizer que Oiã é festas? Eu vou-lhe dizer o que são festas em Oiã, é com garfo e faca que traz gente a Oiã. É um projeto como foi o Oiã Sunset, é falado a nível nacional. Certo? É o revitalizar do Mercadinho que estava morto. Isso é que são festas. É o retorno, é trazer o retorno a Oiã, é meter Oiã no mapa e, se calhar, é por isso que dói algumas coisas, é isso que dói. É Oiã estar a mexer. Essa é que dói. Muito obrigado pela palavra, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção do Sr. Representante da Junta de Freguesia de Oiã e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel, que solicitou a palavra para um protesto. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – agradeceu pelo uso da palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e informou que se iria cingir à questão do protesto: “Ó Senhor Presidente, peço imensa desculpa, eu entendo que o Senhor Membro da Assembleia Valter, representante da Junta de Freguesia de Oiã, não esteja muito habituado a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estes palcos. Mas uma coisa lhe digo: o Senhor quando dirige aqui, quando dirigiu a palavra ao meu caro colega, Membro da Assembleia Municipal, o meu caro colega Membro da Assembleia Municipal não vive em Oiã, nem vive em Oliveira do Bairro, nem..." -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – interrompeu a intervenção, alertando que se tratava de um protesto à Mesa e que deveria dirigir-se à Mesa. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – “Senhor Presidente, vai-me desculpar, é um protesto à Mesa porque o Senhor Presidente não salvaguardou a posição do Caro Membro do CDS, porque os Membros da Assembleia Municipal eleitos, não é em representação de Juntas de Freguesia, eleitos, são eleitos pelo concelho todo, não tratam dos assuntos de Oiã, nem de Oliveira do Bairro, nada. São eleitos do concelho todo e a forma pessoal como se dirigiu ao Membro da Assembleia eleito para representar todo o concelho foi inadequada. E a Mesa não deveria ter permitido que o Senhor Representante da Junta de Freguesia de Oiã o tivesse feito da forma como fez. Quanto aos seus reparos relativamente a mim, depois vamos a isso.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel e esclareceu: “Como deve ter reparado, no nosso entender também, houve um exagero e o Senhor Representante da Freguesia de Oiã não mais voltou a ter esse excesso.” -----

----- De imediato passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia António Campos, que solicitou defesa da honra. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e efetuou a sua intervenção, em defesa da honra: “Senti-me desonrado por uma pessoa que é Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, corrija-me, só para ver se estou errado. Eu resido em Oiã há 20 anos, correto? Frequento Oiã há 20 anos. Se o Senhor não



Oliveira do Bairro assembleia municipal

me viu por lá, o Senhor é que não está lá. Colocou em causa a minha honra e o que eu vim aqui dizer. Portanto, em reboque do que o meu colega André Chambel disse e muito bem, não me senti defendido pelo meu Presidente da Assembleia, mas isso também já não é para admirar. Inclusive, Senhor Presidente, venho defender a minha honra porque um dos nossos vereadores estava a rir na minha cara e isso não é permitido, porque isto não é nenhum circo, perdoe-me a expressão. Isto é um sítio para se tratar de assuntos sérios, para rir vai ver uma comédia. Olhe, há aqui um cinema, provavelmente no sábado. Estou a falar do Senhor Vereador Pardal, eu não tenho medo de dizer os nomes. Continua a rir-se? Portanto, eu peço desculpa, eu vi aqui defender a minha honra. Resumindo e concluindo: resido há 20 anos em Oiã, sou natural do Porto. Se quiser saber mais sobre o meu histórico, represento o concelho há 10 anos, eleito há 10 anos consecutivos. Portanto, ainda tem que andar um bocado. Obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Sr. Membro da Assembleia António Campos e alertou: “Vamos todos primar pela condução dos trabalhos de forma cordial. Senhor Paulo Figueiredo, Senhor Vereador, vamos ver a condução dos trabalhos, por favor.” -----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Acácio Oliveira. ----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – Agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e começou por referir: “A primeira referência que eu aqui quero deixar é que a Mesa da Assembleia e o Senhor Presidente da Mesa, tem sido aqui muitas vezes falado e não da melhor forma nem da respeitosa forma como deve e merece ser. Ele é o Presidente, é o Presidente desta Assembleia, merece-nos respeito porque na pessoa dele, se alguma coisa for dita, ela vem ter a mim, como vai ter a vós. E, portanto, aquilo que aqui tem sido dito, tem sido para mim, pouco, muito pouco construtivo para que esta Assembleia seja dignificada e sempre o vivi neste ambiente e nunca assisti e já tenho mais de 10 anos, mais de 10 anos, nunca assisti a este tipo de provocações, de insinuações, de declarações, que aqui têm sido manifestas em relação ao Senhor Presidente da Mesa e à Mesa. Esta é a primeira questão.” -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- “A segunda questão é dizer que o Partido Socialista ou aliás, não vou falar em Partido Socialista, vou falar em dois membros que foram eleitos pelo Partido Socialista, não andam distraídos, mas não andam mesmo. E quem assim pensa está redondamente enganado ou enganada, porque nós, a seu tempo, e o tempo dirá, vamos surpreender pela positiva, não pela negativa. Vamos trazer e continuar a trazer aqui propostas, nem que elas tenham sido colocadas já por outras vias ao Executivo, nomeadamente no Orçamento Participativo. E quando um orçamento participativo é colocado para que sejam aceites as propostas, todas elas são válidas, todas elas devem ser aproveitadas. Quer elas passem ou não, deve o Executivo, na sua boa-fé, aceitá-las e desenvolvê-las. E nós já as tínhamos apresentado, eu disse aqui, li aqui, que a bancada do Partido Socialista já as tinha apresentado à Senhora Vereadora, sobre a questão do sombreamento dos parques. Sr. André Chambel, às vezes aqui usam a retórica. A retórica é uma coisa que fala-se muito, mas depois espremido não dá nada e é isso que temos assistido. O Senhor vem aqui uma, duas, três, quatro, cinco e até nos entretém um bocadinho, mas não me dá sono, é que eu tenho estado atento. Nós temos estado atentos àquilo que o Senhor tem dito e, portanto, aquilo que tem dito, não é aquilo que os oliveirenses pretendem ouvir de uma bancada ou ouvir de alguém que tem responsabilidades acrescidas, que é o Senhor Presidente da Câmara, Presidente do Executivo, a quem foram colocadas várias questões e ainda não foram respondidas, a quem foram colocadas algumas sugestões ou propostas e também não foram faladas e também não nos foram respondidas e isso só nos leva a crer que incomodamos. Se incomodamos, estamos a ir pela via certa, estamos a ir pelo caminho certo, porque quem não incomoda, não está a dizer verdade.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – solicitou ao Sr. Membro da Assembleia que concluísse a sua intervenção. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – “Vou terminar. Portanto, gostaria, só para terminar, que o Senhor Presidente da Câmara nos respondesse sobre a execução, já foi aqui dito, dos muros. Já foi aqui discutido muita coisa, mas houve uma coisa que não foi dita: se há uma coisa



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em falha, que é o termo de aceitação da obra e foi aqui repetida “completar a festa, completar a festa...”, então completem a festa, se faz favor, com este documento que falta, eu não o tenho na minha posse. Se faz favor, o Executivo, deem-nos esse documento.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – alertou o Sr. Membro da Assembleia que teria mesmo de concluir a sua intervenção.”-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – “Outra questão, só para terminar, Senhor Presidente, desculpe. Outra questão é responder à Estratégia Local de Habitação. E tenho dito, Senhor Presidente, desculpe ter excedido um pouco o tempo que tive.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – concluída a segunda ronda de intervenções por parte dos Senhores Membros da Assembleia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos finais”.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo uso da palavra e esclareceu que ira passar primeiramente a palavra ao Sr. Vice-Presidente para um esclarecimento e depois usaria do restante tempo para prestar os seus esclarecimentos. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu ao Sr. Presidente e informou que daria duas notas breves. Dirigindo-se ao Representante da Junta de Freguesia de Oiã, referiu: “Eu gostaria de dizer o seguinte, eu não sei qual é o nível de articulação e como é que são organizadas as Assembleias de Freguesia, o que sei é que ouvi um Presidente da Mesa a convidar e a designar como convidado um proprietário, a falar num período previsto de 5 minutos em que falou 14. Perante o deleite da Assembleia, e não vi ninguém da Junta de Freguesia minimamente a preocupar-se com a posição da Câmara, que não foi tida nem achada e, portanto, durante 14 minutos, foi saco de pancada para toda a gente que estava a ouvir, sem direito a contraditório e sem ninguém que tentasse sequer questionar a veracidade do que foi



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dito.” -----

----- “A questão da documentação e agora do Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira: não precisa de ir consultar, porque o proprietário já entregou praticamente tudo e, portanto, faltando só um email, terei todo o gosto em lho enviar. A questão da culpa, não é uma questão de culpa, é uma questão de uma, eu diria, a palavra certa é birra, do proprietário que não aceita a altura do muro que o PDM permite e, portanto, é puramente isto que está em causa, o muro não pode ser mais alto porque o PDM não permite, não há nada no contrato que diga que o muro pudesse ser mais alto. Aliás, o muro anterior tinha para aí metade da altura e, portanto, quando o proprietário aceitar o que são as normas e o que são as regras do PDM e quando sentir menos colinho, provavelmente aceita o óbvio, que é deixar fazer. Se não deixar fazer, somos um estado de direito e, portanto, alguém terá de o obrigar isso. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu: “Eu não respondi algumas questões porque não tive tempo mesmo de responder. Começo já pelo fim, para não ficar com nenhuma dúvida, o Sr. Acácio. Queria-lhe dizer que não me incomoda rigorosamente nada, tendo oportunidade para responder, respondo-lhe a tudo. Se tiver de contrariar, vou contrariar nas minhas respostas. Naturalmente, a política é mesmo assim. Queria-lhe dizer, relativamente à Estratégia de Habitação Local, eu fui claro, até porque foi tema na última Assembleia Municipal e muito bem. Aliás, eu fui uma das pessoas que o referi e tenho-lhe a dizer que utilizei como exemplo, na passada sexta-feira, quando os Senhores Deputados Europeus quiseram ouvir alguns dos autarcas nacionais sobre a aplicação do PRR. E foi o exemplo que eu dei da dificuldade das políticas europeias serem aplicadas imediatamente nos territórios e a grande dificuldade que nós estamos a sentir e passo aqui para todos, sem qualquer tipo de problema, é adquirir mesmo imóveis. A dificuldade é tão grande que passa por: nós podemos seleccionar todos e mais alguns, mandá-los avaliar a todos, porque é o nosso trabalho, é o nosso dever, mas depois quando chegamos para a negociação, as pessoas têm um maranhar tão grande de problemas, que nós temos muita dificuldade em adquirir. Aliás, o acesso, a abertura



é um acesso pedonal e é algo ajardinado que vem enaltecer e dar muito mais urbanidade a Oiã. É um desses casos paradigmáticos, nós tínhamos o procedimento para demolir aquela casa, tudo contratualizado, desde o tempo que demolimos uma casa em Águas Boas e penso que mais uma outra que estava contratualizada e com aquela, e o procedimento esteve à espera um ano e tal para que fosse demolido. Mal estava negociado e tratado, nós procedemos logo à concretização do concurso, não é? Porque nós é que estávamos em falta porque tinha um período para a sua concretização, até para esclarecer aqui um pouco algumas mentes que entendiam que aquilo tinha sido algum populismo, mas a verdade é que estava contratualizado há muito tempo para ser executado. Depois também dizer que efetivamente a Estratégia da Habitação Local depois prende-se com tudo o resto. Existe um conjunto, nós apostámos, aquilo que referiu é totalmente verdade, ou seja, retirar as comunidades e colocá-las na sociedade, no meio envolvente, é isso que nós nos propusemos, foi essa a posição, aliás, amplamente aqui foi votada por unanimidade, todos nós concordámos com isso porque penso eu que todos continuamos a defender essa mesma premissa. A verdade é que quando nós encontramos um conjunto de habitações que estão devolutas, que foi essa a grande aposta, é revitalizar o parque habitacional que nós temos no município, não apostar tanto na construção, mas sim revitalizar, dar vida, porque nós temos muitos prédios devolutos, nós chegamos ao pé das pessoas e antes de avançarmos com este processo para avaliação, para todas essas circunstâncias, nós falamos com os proprietários e os proprietários dizem: «bom, eu até tenho intenção de fazer lá, quando eu regressar, eu estou emigrado, quando eu regressar eu depois quero lá fazer, arranjar aquilo e se calhar até vou para lá viver. Olhe, eu quero fazer mais isto, eu quero fazer mais aquilo». E a verdade é que, mesmo que nós quiséssemos avançar para um processo mais duro, uma expropriação, por exemplo, o interesse público a estar em funcionamento, por que razão é que tem que ser aquela casa e não pode ser a outra? A estratégia pode passar por outras circunstâncias e de facto, todo este papel, quando nós colocamos as nossas estratégias e isto é transversal aos municípios em andamento, quer sejamos mais acutilantes ou não, e acredito que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

eu sou bastante acutilante nesse aspeto, depois nós esbarramos num conjunto de restrições que não deviam de existir. Há problemas estruturais no nosso país que têm que ser mudados e isto é um grande desafio, é um grande desafio para as forças partidárias que estão aqui, naturalmente, uma delas não tem assento no Parlamento, mas temos a certeza que vai voltar, porque também faz muita falta ao Parlamento Nacional, mas que precisam, estas reformas profundas precisam de ser feitas. E fica aqui, ainda bem que me lembrou e eu também tenho tempo de dar aqui a minha opinião.”-----

----- “Queria explicar o seguinte relativamente ao Oliveira do Bairro Sport Clube, ao campo e a todas esta circunstância, até respondendo um pouco aqui ao Deputado Ricardo Regalado, penso que tocou ali num assunto bastante importante e eu vou-lhe dar aqui como exemplo, vou fazer uma pergunta, ao mesmo tempo vou tentar dar uma resposta. Ao mesmo tempo que é para tentarmos aqui chegar a um consenso. Nós temos, imaginemos, Senhor Deputado, que por uma coisa bastante visível, nós os dois conhecemos bem, imaginemos um largo que nós temos na nossa freguesia e por uma razão qualquer, ambos queremos intervir nele, o Senhor de uma forma cultural, eu de uma forma política porque é preciso intervir, é preciso fazer isto, é preciso fazer aquilo e temos aqui um problema: o Senhor já lá intervém culturalmente há muitos anos porque lhe foi dada essa oportunidade ou porque o Senhor pensava que efetivamente era seu, sem qualquer tipo de problema e eu sempre acreditei que aquilo que era seu. Agora chegámos à conclusão que, afinal, não é bem assim, nem aquilo é seu, é do município e afinal, nós temos que fazer o seguinte, estamos os dois de acordo, que é importante culturalmente que o Senhor continue lá a fazer a sua atividade. Estamos os dois de pleno acordo, agora só temos que burocraticamente resolver isto para que aquilo continue do seu lado. É só isto que se passa, nada mais. E o município já aqui o demonstrou várias vezes nas assembleias, já foi dito em vários fóruns, sempre que é questionado, isto várias vezes é questionado, de que o imóvel é do Oliveira do Bairro, nós só temos que burocraticamente resolver. Como é que o fazemos? Há formas bastante simples, é de um lado tentarem regularizar e nós a seguir fazermos uma doação. Muito



simples, muito prático. Agora, burocraticamente, tem que ser resolvido, vamos lá resolver. Eu mais não posso fazer, quer dizer, eu nunca poderia obrigar o Senhor Deputado Ricardo Regalado a dizer-me assim: «Olhe, eu agora, o largo, pronto, vou cortar tudo, vou rebentar com aquilo tudo». Não, não quero nada disso, eu quero é só que a gente se entenda e que o papel passe a figurar no seu nome e deixe de estar a figurar no nome do município. Tem que se fazer aqui uns procedimentos, vamos lá. Relativamente ao sintético, eu penso que não há dúvidas, está dito em vários fóruns, sempre que me perguntam, sempre que me convidam, porque também me convidam, ainda há pouco tempo fui convidado por pais a questionar, eu passo na estrada e perguntam-me, não tem qualquer tipo de problema, o município não tem qualquer tipo de problema. Agora, é natural, como em todos os apoios, nós temos que ter as coisas na mão para poder apoiar, o Senhor Representante da Junta de Oitã disse-o aqui, nós discutimos um conjunto de projetos que nós queremos fazer, pequeninos projetos, naturalmente, mas nós discutimos: olhe, nós queremos fazer assim, quais são as regras, não são as regras, onde é que é, onde é que deixa de ser, quais são os materiais que vamos precisar ou não, quais são as ideias? E depois sim senhora, certamente virão, porque ainda cá não estão as quantidades, ainda não estão sequer quantificados os pedidos, depois cá virão. E o Senhor Deputado Álvaro Ferreira, tenho todo o gosto e mais algum, mas vamos fazer só uma coisa e esse é o desafio que lhe deixo, vamos ao início dos protocolos, vamos mesmo, vamos a 2013 e vamos de lá para cá, analisamo-los todos e depois fazemos outra coisa também, Senhor Deputado, que é, com muito gosto, à hora que entender, percorremos o nosso município todo e eu vou consigo e vou-lhe dizer onde é que estão os materiais aplicados, se havia alguma incongruência ou não com alguma Junta de Freguesia que tinha materiais a menos ou a mais. O Senhor vai ver, se calhar às vezes nós temos que ter algum cuidado com o que dizemos, analisaremos todos os locais. Convido, se o Senhor Presidente da Assembleia nos quiser acompanhar ou se algum elemento das outras bancadas também nos quiser acompanhar. Tenho muito gosto, que é um processo bastante transparente, eu tenho muito cuidado com ele, questiono muito os Senhores Presidentes de Junta



quando pedem materiais e onde os vão aplicar para que as regras sejam cumpridas e não tenho problema nenhum em deferir, a tempo e horas, esses mesmos pedidos. Posso-lhe dizer que, por vezes, é no momento que é feito. Tenho um cuidado muito grande com os Senhores Presidentes de Junta e é algo que me dá bastante gozo ver fazer pequenas obras. Tenho pena que, muitas vezes, os Senhores Presidentes de Junta não tenham essa opção, mas, e para que fique bastante claro, as autarquias têm e os seus Presidentes têm as suas opções, defendem como entendem e eu acho que essas opções políticas têm que ser tomadas. Aliás, nenhum Presidente de Junta, estão aqui três e está um representante, mas o Senhor Representante sabe que eu não o fiz, não recriminei ninguém, se gastou muito, se gastou pouco, se gastou desta forma, se gastou daquela, de forma alguma. Nem pedi, nem tenho que pedir justificações, os plafonds estão lá, estão definidas as regras, bem definidas, pauto para que sejam cumpridas as regras e cada vez mais irei pautar, para que as coisas sejam bem-feitas e não sejam aplicados materiais indevidamente. Agora, tem muitas circunstâncias, eu espero que todos se lembrem que aprovaram um regulamento onde há determinados materiais que são entregues sempre no início do ano, independentemente de estarem lá no monte ou não e eu faço questão de os entregar sempre. E eles estão lá, estão nas Juntas de Freguesia e eu nunca coloquei em causa isso, é um direito que está estabelecido, é definido nos primeiros dias do ano e é entregue. Eu até me refiro a areão, porque quando era Presidente de Junta, quando queria areão, era uma miragem, não é? Mas pronto, neste momento, os Senhores Presidentes de Junta sabem que eu tenho muito cuidado com isso e no que toca às Juntas de Freguesia. Depois, a decisão de se gastam, se não gastam, se quer pedir, se não quer pedir, se quer fazer desta forma ou não quer, é uma decisão das Juntas de Freguesia e também é um facto, é verdade, quando está a ser mal feito, são chamados à atenção e eu sou o primeiro a chamar a atenção, sei que os Senhores Presidentes de Junta muitas vezes não gostam, mas nós estamos cá para fazer o mais correto para todos.” -----

----- “Ao Senhor Deputado Álvaro Ferreira também queria-lhe dizer mais duas coisas,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relembra-lo do seguinte: quando nós estamos na política, naturalmente, a nossa capacidade de gestão ou não, prende-se com a pessoa. As pessoas, felizmente, o povo é soberano sempre no final, faz as suas definições, entende, escolhe aquele que entende que vai representar aquele ou aquela, ou aqueles que melhor representarão naquilo que são as suas ânsias. Cabe-nos a nós, muitas vezes, também dar sugestões, fazer as nossas propostas. E eu tenho-lhe a dizer o seguinte: eu recordo-me que há menos de um mês foi aprovado o Orçamento Municipal, e termino com isto Sr. Presidente, pedi várias vezes que fossem apresentadas soluções e alternativas, ou seja, que fizessem alternativas, já que as opções não seriam estas, seriam as outras, e eu recordo a si, porque é líder da bancada, que se preocupou mais em dizer que gostaria de fazer cambalhotas políticas do que propriamente a apresentar qualquer tipo de proposta e dizer onde é que faria diferente e onde é que retiraria. Obrigado, Sr. Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara e passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Álvaro Ferreira, que solicitou intervenção para um esclarecimento. -----

----- **ÁLVARO FERREIRA FERREIRA** – interveio, esclarecendo: “Uso da palavra apenas para esclarecer, porque não o fiz, de que em função do PSD não ter tido qualquer tipo de resposta esclarecedora em reunião de câmara e em função também de hoje, não termos tido qualquer tipo de resposta esclarecedora em relação à ratificação do despacho do encarregado de proteção de dados, também será alvo de uma solicitação da minha parte da consulta de todo o dossiê, à Mesa da Assembleia Municipal. Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Questionou se o Sr. Membro da Assembleia Municipal Álvaro Ferreira iria solicitar a consulta da documentação e passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que pretendeu prestar um esclarecimento. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** –



agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia pelo uso da palavra e esclareceu: "Eu só queria aqui chamar a atenção para um facto, e penso que o Senhor Presidente da Assembleia também o viu, para um conjunto de situações que nós poderemos facultar via eletrónica e outras que não, por isso, daí o convite para analisarem pessoalmente a documentação, porque daí, Senhor Presidente, era nesse sentido, não que seja algum tipo de problema enviar. Pronto, dá o seu trabalho, mas é a nossa função e o Senhor Deputado tem direito de acordo com as regras que estão bem definidas na lei para isso, mas sugiro, porque, aliás, como o Senhor Deputado Marco Alves, também peço desculpa, nós não podemos, e não tenho que pedir desculpa, são assim mesmo as regras, e eu ouvi na sua intervenção. Também tenho que dizer ao Senhor Deputado Álvaro Ferreira que o Senhor Deputado, através do Sr. Presidente da Assembleia, sabe que está à vontade, o solicite, que nós depois marcamos e depois o que precisar que esteja ali mais à mão, logo para ser mais fácil para si também, naturalmente."-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e antes de concluir o ponto Assuntos de Interesse Municipal, referiu: "Cabe-me a mim dizer também algo sobre aquilo que foi dito nesta Assembleia Municipal. Começar pelo passado, passado recente, a Assembleia Municipal do dia 17. Eu apresentei dois caminhos possíveis, não apresentei só um. O Senhor Membro da Assembleia, certamente, não estava atento. Disse um caminho que era o mais correto, que era acabar ali a Assembleia e fazer aquilo que se fez e outro que era possível fazer e tanto é que, posteriormente, fomos ratificar as deliberações numa Assembleia posterior, sobre os impostos. É só isto. Depois dizer-lhe outra coisa, nesse foi esclarecido, estes assuntos todos foram esclarecidos, no tempo e na altura própria. Foi um erro de interpretação do Presidente da Mesa da altura, que é o mesmo de hoje. Dada a excepcionalidade da situação, foi feito um pedido de desculpas público na Assembleia Municipal, nesta Assembleia. O pedido que espero e acredito ter sido aceite e compreendido. Em termos de legitimidade, depois destes factos, do meu pedido de desculpas, venci uma nova eleição para presidir à Assembleia Municipal e foi também eleita



uma nova Mesa, esta agora em funções. Obtive mais votos que na primeira eleição. Escolheram claramente e inequivocamente a Mesa com os secretários que foram da minha escolha, o Nuno e a Almerinda. Sabemos, os três, da nossa responsabilidade acrescida e ainda vimos a nossa legitimidade e autoridade reforçada. Quanto às ilegalidades no Regimento ou sobre as possíveis ilegalidades no Regimento, há pareceres para todos os gostos, mas uma coisa lhe digo: os pareceres que eu tenho são de entidades que tutelam. Dizer-vos, e sei que o Senhor não gosta, que o Regimento foi aprovado por unanimidade, isto é, todos os membros concordaram com o que está plasmado no mesmo. A obrigação da Mesa, do Presidente da Mesa, é cumprir e fazer cumprir o Regimento da Assembleia Municipal. Tão simples. O regimento atual, que está em vigor, tinha um dos seus pilares, por um lado, o reforço do princípio da transparência na administração, o reforço do dever de publicitação dos atos da administração e a defesa de uma administração mais participada e, por outro lado, dar garantia e segurança jurídica a todos os seus intervenientes nesta sessão da Assembleia ou nas sessões da Assembleia Municipal, por forma a não se repetir o que se passou no mandato anterior e na atual sessão de instalação desta Assembleia Municipal. O Senhor lembra-se ou todos nos lembramos de qualquer deliberação a autorizar a transmissão? Eu não me lembro. O senhor lembra-se ou alguém se lembra de qualquer declaração de consentimento ou de não consentimento? Eu não me lembro. Foram divulgados dados pessoais de todos os membros: moradas, números de cartão de cidadão, contribuinte, estado civil, só faltava o telemóvel. Certamente que não foi intencional, não foi, nem foi premeditado, mas todos percebemos que provavelmente não deveria ter acontecido naqueles termos e o que nós propusemos com este Regimento foi e também simplesmente, dar conforto e segurança a estas questões. Note-se que não existe qualquer norma que reconheça às autarquias locais, uma específica função ou obrigação à transmissão nas plataformas digitais do município das reuniões da Assembleia Municipal. E por iniciativa desta mesa, conseguimos ultrapassar os entendimentos diferentes quanto à transmissão das reuniões da Assembleia Municipal nas plataformas digitais do município. Sublinho também que, em breve e pelos motivos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que já aqui expliquei, vamos proceder a uma alteração do Regimento no sentido de ultrapassar todos estes aspetos. Era só. Muito Obrigado.” -----

----- Deu-se por terminado o ponto **4.1. – APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL**. Verificando que eram 22 horas e 30 minutos e que existiam dois pontos por discutir, tratando-se de uma assembleia extraordinária, questionou à Assembleia Municipal, se consideravam terem tempo para, até às 23 horas, concluir os trabalhos. Após resposta afirmativa por parte dos Membros da Assembleia Municipal, deu início ao ponto **4.2. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 1 | 2023 – PRESTADA PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO [AÇÃO SOCIAL] – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12 DE AGOSTO, ALTERADO PELO D.L. N.º 87-B/2022 DE 29 DE DEZEMBRO**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – procedeu à apresentação do ponto: “ É muito simples, Senhor Presidente, até porque isto é um processo que já se arrasta aqui há algum tempo, aliás, vem já do anterior mandato e prende-se pura e simplesmente, porque, felizmente, o Governo tem compreendido os autarcas, tem também ouvido nesta parte dos autarcas, pelo menos no aspeto social e por força também do peso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, das conversações que fizeram chegar a um conjunto de preocupações dos municípios, chegou-se a um entendimento sobre um conjunto alargado de preocupações e de salvaguarda das mesmas para que fosse possível operacionalizar e também chegar, um pouco, também àquilo que Senhora Deputada Joana Mota aqui também referiu ou pelo menos um primeiro passo que venha a ser dado nesse sentido, foi possível chegar a um conjunto de circunstâncias. Claro que ainda não foi publicado também o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

novo despacho com o mapa de encargos anuais, isso é patente na informação, daí nós estarmos a aguardar que seja tudo devidamente publicado para assumir no período que o Governo também previu que possa vir a ser assumido. Senhor Presidente, não tenho mais a acrescentar.” Informou ainda que a Senhora Vereadora estava presente e poderia responder às questões, uma vez que teria de se ausentar por dois minutos, por questões pessoais. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou aos Senhores Membros da Assembleia Municipal se pretendiam usar da palavra. Passou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia André Chambel. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – Sobre o ponto em questão, questionou: “Senhora Vereadora, é só uma questão que eu acho que é pertinente, é relativamente às responsabilidades que o município passará a ter de assumir que estão a ser passadas pela Segurança Social, não é questão de haver desconforto ou não, mas se o município entende que é capaz e confortável para receber as últimas responsabilidades que lhe têm sido passadas pela Segurança Social, que eu penso que inicialmente não estariam previstas. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu ao Senhor Membro da Assembleia André Chambel e passou a palavra à Senhora Vereadora Lília Ana Águas para prestação de esclarecimentos, informando os serviços técnicos de som que a transmissão seria suspensa temporariamente. -----

----- **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – agradeceu pelo uso da palavra ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e informou que iria proceder à leitura da declaração de consentimento, para posteriormente proceder aos esclarecimentos e aos cumprimentos: ----

----- “Eu, Lílina da Cruz Oliveira Martins Águas, na qualidade de Vereadora da Câmara Municipal, declaro para os efeitos do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro e do n.º 11.º do artigo 4.º e artigo 7.º do Regulamento n.º 679/2016, de 27 de



abril, RGPD, que: -----

----- 1. Autorizo/consinto, a captação e transmissão áudio em direto na sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já, quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 2. Autorizo/consinto a captação e a transmissão vídeo/imagem em direto na sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, renunciando desde já quaisquer direitos ou compensações que deste tratamento de dados possa eventual resultar. -----

----- 3. Não autorizo/não consinto a disponibilização da gravação áudio em modo diferido nas plataformas digitais do município ou em quaisquer outras recolhida nas sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro.-----

----- 4. Tomo, ainda, conhecimento do teor do artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal dos direitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados (UE) 2016/679 e na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, nomeadamente o direito de retirar o consentimento facultado em qualquer momento, mediante comunicação escrita. -----

----- 5. Os direitos consignados na legislação aplicável, designadamente no Regulamento Geral da Proteção de Dados e na Lei 58/2019, de 8 de agosto, podem ser exercidos a qualquer momento, mediante comunicação escrita para o efeito, por correio eletrónico enviado para o email: assembleiamunicipal@cm-olb.pt ou por carta dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, para a morada do Município de Oliveira do Bairro, sito na Praça do Município 3770-851 Oliveira do Bairro. -----

----- 6. Mais tomo conhecimento de que o tratamento dos dados será feito pelo Município de Oliveira do Bairro, entidade que respeita todos os deveres e obrigações preconizados no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável. -----

----- 7. Estou ainda consciente que o tratamento de dados pessoais é realizado nos termos da Ficha de Informação de Tratamento de Dados na Reuniões da Assembleia Municipal de Oliveira de Bairro, tendo recebido um exemplar dessa Ficha. -----



----- Informou que faria chegar à Mesa a declaração escrita que acabou de ler e cumprimentou todos os presentes e todas as pessoas que estariam a assistir em casa. Começou, assim, a prestação dos esclarecimentos: “Dizer o seguinte ao Senhor Deputado André Chambel e também a todos os outros: isto de facto é um assunto que já veio várias vezes aqui à Assembleia Municipal, é um assunto que vem, que é discutido quase diariamente na ação social, tem a ver com aquilo que são assunção de competências que, neste momento, são exercidas por duas associações do nosso concelho, protocoladas com a Segurança Social que tem na sua génese alguns serviços. A verdade é que esta transferência de competências não traz só esses, vinham outras transferências, outras competências. No fundo, são aquelas letrinhas pequeninas nos contratos que ninguém lê que nos transferem e que nós às vezes assinamos sem saber muito bem aquilo que estamos obrigados e é o caso. Nós, naturalmente, sabemos que havia aqui pagamentos pontuais que nós teríamos que fazer aos munícipes, encargos que são os encargos pontuais que a Segurança Social assim designa. Mas a verdade é que, para além destas outras competências que têm vindo ou que irão ser assumidas, nós já estamos no terreno, nomeadamente no âmbito dos despejos das famílias, na questão da habitação, em que, neste momento, é a Segurança Social que tem essa responsabilidade e que também passará para o município. A partir de determinada hora somos nós os responsáveis para o alojamento das famílias numa situação de emergência, numa situação de despejo e portanto, todas as outras, para além destas que já estão protocoladas e que todos nós conhecemos. Também sabemos e temos vindo a trabalhar, quer com as IPSS que temos, um entendimento de continuar, de facto, a trabalhar, não obstante de negociar ou acordarmos noutros termos, de facto, esta execução, porque também é certo e por isso é que não aceitámos a assunção desta competência antes, que os valores que neste momento são transferidos pela Segurança Social não chegam de todo para aquilo que é o trabalho e o esforço das duas IPSS do nosso concelho, face àquilo que são as famílias apoiadas neste âmbito. Mas também todo o outro trabalho que nós já fazemos em parceria com estas duas IPSS e com as restantes do concelho no apoio às famílias carenciadas,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a vários níveis, que temos vindo a fazer cada vez mais e sabemos também que, com esta transferência que vai operar a 3 de abril, que é o investimento do município, porque eu entendo que é investimento e não despesa, tudo aquilo que nós pudermos beneficiar as pessoas, quer na área da ação social, quer na área da educação e aquelas que me dizem diretamente respeito. Vai ser superior, vai exigir um esforço de todos e este esforço não é só financeiro. Aquilo que nos preocupa mais, porque o município está disponível e está apto, de facto, a exercer estas competências, aquilo que me preocupa mais é a questão dos recursos humanos, da disponibilização destes recursos humanos, quer por parte do município, porque nós temos limites, como todos sabem, quer das próprias associações em causa e depois daquilo que é esta transferência de todas as competências que, na prática, faz com que nós tenhamos que ter técnicos disponíveis 24 horas sobre 24 horas para a nossa população e portanto, é isto que nos preocupa, não obstante todas as outras questões burocráticas de implementação da plataforma que é muito lenta e todos os municípios se estão a queixar daqueles que já assumiram estas competências, tem havido muitas queixas. Mas tudo isso, eu acredito que se ultrapasse com maior facilidade do que, de facto, estas que me preocupam, porque estas necessidades não podem esperar 1 mês, 2 meses, 3 meses, são necessidades imediatas e nós temos de ter capacidade e responsabilidade para ajudar a nossa população e, portanto, é isso que nós queremos fazer e é nesse sentido que nós estamos a preparar-nos. Muito obrigada, Senhor Presidente.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu à Sra. Vereadora Lília Ana Águas e questionou os Senhores Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para um segundo período de intervenções. -----

----- Não havendo inscrições, deu por concluído o período de debate e apreciação do ponto
**4.2. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 1 | 2023 – PRESTADA PELA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO [AÇÃO SOCIAL] – DELIBERAÇÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 24.º DO DECRETO-LEI N.º 55/2020 DE 12 DE AGOSTO, ALTERADO PELO D.L. N.º 87-B/2022 DE 29 DE DEZEMBRO, passando à sua votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Proposta n.º 1 | 2023 apresentada Pela Divisão de Educação, Saúde, Ação Social e Idade Maior, datada de 4 de janeiro de 2023, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, subscrever a proposta de prorrogação da assunção das competências para o dia 3 de abril de 2023, tendo em consideração a revisão dos termos exatos da portaria n.º 63/2021, de 17 de março e o novo despacho com o Mapa dos Encargos Anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social incorporando as alterações constantes do referido acordo setorial, ambos documentos necessários para o estabelecimento dos Acordos de Cooperação com as duas IPSS referidas na informação; -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – concluído aquele ponto, deu início ao último ponto da ordem do dia, **4.3. – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA 81.2017/DGUOM – ALTERAÇÃO DO SENTIDO DE TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO PARA A TRAVESSA DR. ABÍLIO PEREIRA PINTO E TRAVESSA CENTRAL EM OLIVEIRA DO BAIRRO.** -----

----- Questionou o Sr. Presidente da Câmara se pretendia usar da palavra para a apresentação do ponto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que iria passar ao Sr. Vice-Presidente para apresentação do ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – agradeceu pelo uso da palavra e apresentou o respetivo ponto: “É um ponto, penso que, simples, é a criação de um sentido único na Travessa Abílio Pereira Pinto. Este ponto tem a nuance de ter aqui uma característica temporal *sui generis*, porque, quando nós, no ano passado, pensámos em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

implementar este sentido único, fruto da forte incidência da atuação da GNR naquele local, fomos alertados pelos Serviços que isto já tinha sido aprovado em 2017, mas que, por qualquer razão que eu desconheço, não foi implementado na prática. E, portanto, o que trazemos aqui é a validação em Assembleia Municipal, como sempre, desde que chegámos à Câmara Municipal e já passou no Conselho Municipal de Segurança e, portanto, parece-me absolutamente pacífico. Corresponde à vontade da generalidade dos comerciantes daquela zona que têm sido fortemente fustigados com a ação da GNR e com esta solução resolvemos um problema que, de facto, tem afetado muito as pessoas. Muito obrigado.” -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente e questionou aos Senhores Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para intervir naquele ponto. -----

----- Informou que não existiam intervenções e que estavam em condições para proceder à votação do ponto **4.3. – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROPOSTA 81.2017/DGUOM – ALTERAÇÃO DO SENTIDO DE TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO PARA A TRAVESSA DR. ABÍLIO PEREIRA PINTO E TRAVESSA CENTRAL EM OLIVEIRA DO BAIRRO.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por Unanimidade, aprovar a alteração do sentido de trânsito e sinalização, para tornar a Travessa Central de sentido único (início na Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto e termina na Rua Cândido dos Reis), e a Rua Central de sentido único (início na Rua Cândido dos Reis e termina na Travessa Dr. Abílio Pereira Pinto), em Oliveira do Bairro, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação n.º 81.2017/DGUOM, datada de 4 de abril de 2017, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Para finalizar a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, questionou os Senhores Membros da Assembleia, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

respetivas deliberações tidas na presente reunião, em minuta. Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas.-----

----- Por fim, desejou a todos a continuação de uma boa noite e um bom regresso a casa, dando por encerrada a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----